

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

**V Ciclo de Seminários em Metodologia e História do Pensamento
Econômico**

HISTORICISMO E SOCIALISMO DE ESTADO NA ALEMANHA

Luiz Felipe Bruzzi Curi
Pós-Doutorando, Cedeplar/UFMG
Doutor em História Econômica (USP)

O texto é o capítulo 4 da tese *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*, defendida em fevereiro de 2018 e disponível para consulta na íntegra no repositório da USP.

Belo Horizonte
27 de setembro de 2018

Capítulo 4

Historicismo e socialismo de Estado

Se não trilhou exclusivamente um *Sonderweg*, um caminho particular, uma “via prussiana” das ideias econômicas como apressadamente se pode pensar ao generalizar o nacionalismo da jovem escola histórica para um conjunto diverso de pensadores, o pensamento econômico produzido nos Estados germânicos durante o “longo século XIX”, em alguma medida tributário da *Nationalökonomie*, teve traços decisivos de especificidade. Não ficou isolado dos ventos e “fantasmas” – como o que Marx sinalizou no início do *Manifesto Comunista* de 1848 – que rondavam a Europa nesse período, pois foi influenciado pelo liberalismo britânico e pelo socialismo francês, para citar apenas dois exemplos, mas estruturou-se num ambiente intelectual, político e social peculiar.

Um dos principais desafios que se colocam a quem deseja dizer algo sobre as ideias econômicas na Alemanha oitocentista é justamente relacionado com a questão que acabou “contaminando” todas as demais nesse período da história germânica: o que é ser alemão? Seria a mescla de tradições que resultou na *Nationalökonomie* a expressão de um pensamento especificamente “alemão”? A pergunta é de difícil resposta, mas vale expor algumas intuições nortedoras deste capítulo, que busca situar linhagens de pensamento alemãs, apropriadas no Brasil, no contexto de sua formação e desenvolvimento. O traço efetivamente particular desses discursos de origem germânica que circularam no Brasil – e em outras partes do mundo, como os Estados Unidos e o Japão – parece ser o caráter mais “indiferenciado” com que se tratava “a teoria”. Por vários motivos, discutidos neste capítulo e ao longo da tese, o discurso econômico produzido na Alemanha pós-Karl H. Rau manteve, sob o abrigo amplo das ciências do Estado – ou *Staatswissenschaften* –, um espaço em que o núcleo teorizante da economia, com suas afirmações sobre valor, preço, população e salários não se autonomizou da mesma maneira que na Grã-Bretanha, por exemplo, com relação a discussões mais práticas, históricas e relativas ao ordenamento estatal, ao menos até o início do século XX.

A pensadores brasileiros, como Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Vieira Souto e Roberto Simonsen, por exemplo, interessava, em certos momentos da elaboração de seus textos, essa ideia de fundo, que permitia tornar maleáveis certas concepções teóricas cuja rigidez era por vezes um obstáculo a suas pretensões intelectuais e, por que não dizer, políticas. O caso da aproximação de Rui Barbosa com autores alemães da linhagem do socialismo de Estado, num momento em que procurava dar sentido e legitimidade à sua política econômica como Ministro da Fazenda, em meio a críticas da opinião pública, é ilustrativa desse tipo de movimento. É com o objetivo de fornecer algumas pistas sobre

essas especificidades das ideias alemãs difundidas no Brasil que este capítulo trata de duas linhagens de pensamento econômico: o historicismo e o socialismo de Estado.

4.1. A linhagem historicista

Para Schumpeter, o principal traço distintivo da escola histórica alemã de economia política era a crença metodológica de que o economista, como pesquisador, deveria ser sobretudo um historiador econômico. Deveria dominar a técnica de pesquisa histórica e investigar padrões e processos particulares, em seus detalhes locais e temporais. Nessa abordagem historicista, o único tipo de conhecimento válido no âmbito das ciências sociais deveria surgir lentamente, como resultado gradual da pesquisa histórica monográfica.¹ O advento dessa linhagem de pensamento econômico está ligada aos processos histórico-sociais e, também, ao contexto intelectual particular à Alemanha. Assim, o surgimento de uma escola histórica de pensamento econômico pode ser entendido como manifestação particular de um fenômeno intelectual mais amplo, qual seja, o historicismo, que deu o tom de parte considerável da produção intelectual humanística alemã ao longo do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do Novecentos. As raízes do historicismo, por sua vez, remontam ao fim do século XVIII, com os questionamentos ao Esclarecimento – ou à *Aufklärung*, como ficou conhecido esse movimento no mundo germânico –, muito embora haja traços de continuidade entre a Ilustração e o paradigma historicista. Nesta seção, examinam-se as origens da escola histórica alemã de economia política, do ponto de vista desses desenvolvimentos intelectuais.

Numa perspectiva crítica, Josep Fontana associa o historicismo, como fenômeno intelectual geral, presente não apenas no campo da economia política, mas, sobretudo, no domínio da produção acadêmica em história, à reação conservadora operada nos Estados alemães, a partir do final das guerras napoleônicas. Um fator importante nessa abordagem é a grande diversidade regional com a qual a Europa de língua alemã chegou ao século XIX, sintetizada no dualismo entre o Oeste banhado pelo Reno, economicamente mais dinâmico, e o Leste, atrasado e dominado pela grande propriedade rural. Nesse sentido, as reformas ilustradas promovidas na Prússia por Karl Freiherr von Stein e Karl August Hardenberg, sob o domínio napoleônico, foram rapidamente desvirtuadas pelos *Junkers* prussianos após a derrota de Napoleão, no intento de preservar o máximo possível a ordem social e política pré-1789. O historicismo seria, então, para Fontana, a ideologia

¹ SCHUMPETER, Joseph. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954. pp. 807-808.

por meio da qual essas disparidades alemãs seriam equacionadas, de forma a buscar a unidade nacional e afastar as ameaças revolucionárias.

Essa tentativa de criar um consenso que desse coesão à sociedade materializou-se com a reforma educacional de Humboldt (1810), que garantiu o apoio estatal a escolas básicas e universidades. A universidade prussiana foi, neste contexto, importante meio de formação de uma cultura acadêmica autocrada e tutelada pelo Estado. Os intelectuais universitários tenderiam então a abandonar as funções de críticos do Estado, desempenhadas pelos pensadores iluministas da tradição francesa, para assumir uma postura de reverência ao aparato estatal, ao qual proporcionavam uma espécie de “sanção espiritual”, nos termos de Fontana. Dessa forma, o historicismo teria partido dos traços conservadores da Ilustração e de uma leitura parcial da mesma, para negar suas possíveis consequências. O questionamento à concepção hegeliana de história, por exemplo, não se deveu somente ao caráter de “filosofia da história” do sistema de Hegel, mas, sobretudo, à possibilidade de sua transformação em interpretação revolucionária.²

Ligado aos historiadores de Göttingen, Leopold von Ranke (1795-1886) foi talvez o principal expoente desse historicismo alemão no campo da ciência histórica. Ranke foi uma espécie de contraponto a Hegel e a suas construções teleológicas identificadas com a filosofia da história, embora partilhasse com o filósofo a atitude religiosa-cristã que absorve a história como algo no mundo das ideias e, por intermédio dessa absorção, deriva, a partir de pressupostos específicos, a maneira de abordar a realidade. De alguma forma, pode-se dizer que Ranke colocou Deus no lugar da noção ilustrada de progresso, bastante presente na concepção hegeliana de que a história do mundo é o desenvolvimento da consciência do espírito de sua própria liberdade e da realização dessa consciência.³

Em 1824, Ranke publicou seu livro inaugural, *Histórias dos povos românicos e germânicos*, que já lhe conferiu algum destaque. É desta obra a frase acerca da “isenção” do historiador, que se tornou famosa como expressão das ambições metodológicas de Ranke e do historicismo de forma geral. No prefácio à primeira edição, afirmou, a título de modéstia, que, embora já outros tenham atribuído à história o papel de julgar o passado e de dar lições ao mundo presente, seu estudo pretendia apenas “retratar as coisas como de fato aconteceram”.⁴ Na interpretação de Fontana, seria um equívoco associar essa

² FONTANA, 2013. p. 129.

³ A afirmação sobre Deus se encontra na “Carta a Otto Ranke” de 25.05.1873, publicada em volume que contém a obra epistolar de Ranke: RANKE, Leopold von. *Das Briefwerk*. Hamburg: Hoffman und Campe, 1949. Hegel desenvolve essa ideia em seu texto *A razão na história*, ver: HEGEL, Georg Friedrich Wilhelm. *Die Vernunft in der Geschichte*. (1ª edição 1837). Leipzig: Meiner, 1930, p. 148

⁴ RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* (1ª edição 1824). Leipzig: Dunkler und Huublott, 1885, p. vii.

recusa ao julgamento valorativo à busca, por parte de Ranke, da isenção na produção do conhecimento histórico. O argumento é que Leopold von Ranke foi um “funcionário ideológico” do Estado prussiano e, ao produzir uma história articulada em torno das ideias de povo e nação, serviu ao propósito de construir um novo consenso social conservador. Rompida a velha ordem feudal, restava aos Estados germânicos apoiar-se na identidade nacional dos súditos, que deveriam ser educados em uma nova história, voltada não mais para ideias de sociedade, progresso ou modos de subsistência, mas, sim, para os povos, unidades interclassistas sustentadas pela identidade nacional.

Mais preocupado com as contribuições do historicismo de Ranke para a formação da velha geração da escola histórica alemã de economia política, Gottfried Eisermann tem uma visão mais moderada acerca dessa busca constante por uma objetividade “desapaixonada e serena” na produção da narrativa histórica. A ambição metodológica de Ranke pode ser atribuída, para Eisermann, a um tipo de visão de mundo caracterizada pela inatividade política, em meio a uma conjuntura política de realinhamento conservador pós-Guerras napoleônicas, expresso pela Santa Aliança. No contexto de uma Confederação Germânica politicamente repressora, coordenada politicamente pela Áustria de Metternich, essa inação significava boa dose de conivência com o reacionarismo político vigente. Segundo Eisermann, não é somente no sentido cronológico que é verdadeira a afirmação corrente de que Ranke foi o “maior historiador da Restauração”. Embora seja questionável a classificação de Ranke como “funcionário ideológico” do Estado prussiano, como quer Fontana, seu historicismo despolitizante atraiu outros seguidores e efetivamente conformou-se em campo fértil para uma refundação da ciência histórica em bases conservadoras, que não foi interrompida pelos movimentos liberais de 1848-49.⁵

A historiografia costuma apontar o *Plano (Grundriss) para Aulas de Economia do Estado. De acordo com o método histórico*,⁶ publicado por Wilhelm Roscher em 1843 como marco fundador da escola histórica alemã de economia.⁷ Todavia, o percurso formativo de Roscher, considerado o fundador da primeira geração da escola histórica, relativiza esse papel inaugural do livro de 1843 e revela entrecruzamentos importantes entre o historicismo representado por Ranke, como proposta metodológica no campo da história, e o surgimento e viabilização, na Alemanha oitocentista, do movimento que

⁵ EISERMANN, 1956, p. 93.

⁶ Ver ROSCHER, Wilhelm. *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirthschaft: Nach geschichtlicher Methode*. Göttingen: Dieterich, 1843.

⁷ Para trabalhos que se referem a esse “marco inicial” da escola histórica alemã, ver: PEARSON, 1999; SCREPANTI e ZAMAGNI, 2005, p. 110.

passou à historiografia do pensamento econômico como escola histórica alemã. Roscher iniciou seus estudos universitários em Göttingen, doutorando-se com uma dissertação sobre a doutrina dos sofistas, em 1838. Em seguida, frequentou o seminário de história de Ranke, em Berlim, e prosseguiu sua carreira na Universidade de Göttingen, alcançando a habilitação⁸ em 1840 e tornando-se professor extra-ordinário em 1843 e ordinário em 1844. Embora formado em história, dedicou-se cada vez mais ao campo das ciências do Estado (*Staatswissenschaften*), tendo ministrado cursos de *Nationalökonomie*, história das teorias políticas, estatística e finanças. Roscher transferiu-se em 1848 para a Universidade de Leipzig, cidade onde lecionou e viveu até sua morte, em 1894.⁹

Na Universidade de Göttingen, Roscher teve contato com Friedrich Christoph Dahlmann (1785-1860) e Georg Friedrich Gervinus (1805-1871). Professores nessa Universidade, que desde o século XVIII tinha tradição na produção de estudos históricos e veiculava um conhecimento das ciências do Estado considerado renovador, Dahlmann e Gervinus foram parte dos chamados “Sete de Göttingen”. Esse agrupamento de docentes, entre os quais estavam os irmãos filólogos Jakob und Wilhelm Grimm, protestou em 1837 contra o ato, considerado autoritário, do rei Ernesto Augusto, que suspendeu a constituição liberal do Reino de Hanôver. Intelectualmente, unia esses dois pensadores a inclinação para o método de passar dos fatos históricos dados pela empiria a leis históricas mais gerais.

O contato de Roscher com Leopold von Ranke certamente teve origem no seminário ministrado por Ranke em Berlim: o livro inaugural de Roscher *Vida, Obra e Época de Tucídides*, de 1842, foi dedicado a Ranke. Esta obra, anterior ao *Grundriss* de 1843, pode ser considerada em certo sentido o “texto-programa” pioneiro da primeira geração da escola histórica.¹⁰ Nos “Prolegômenos” ao livro, Roscher expôs as bases de sua teoria do conhecimento, ou seja, diretrizes metodológicas e programáticas que guariam sua produção intelectual e influenciariam o campo da economia política na Alemanha, na segunda metade do século XIX. Grosso modo, Roscher procurou delimitar o campo específico da história, comparando-o com os da poesia e da filosofia. O argumento era que história e filosofia diferenciam-se pela forma, mais do que pelo conteúdo: se ambas tratam do “mundo real”, a filosofia almeja a definição, construindo sistemas conceituais,

⁸ Tradução de *Habilitation*, título concedido pelas universidades alemãs até os dias de hoje, posterior ao doutorado, muitas vezes necessário para a ascensão ao cargo de *Professor*. No Brasil, seu equivalente seria a livre-docência, concedida pelas universidades estaduais paulistas.

⁹ EISERMANN, 1956, p. 124.

¹⁰ ROSCHER, Wilhelm. *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1842. Ver, também, EISERMANN, 1956, p. 126.

enquanto toda história é descrição, buscando retratar a realidade. Já história e arte poética se diferenciariam mais pelo conteúdo do que pela forma: se ambas têm dimensão narrativa, o texto produzido pelo historiador têm de ser “congruente com a realidade”. Nesse sentido, a ideia rankeana de uma história “simples e objetiva” vinha à tona.¹¹

Um atributo da “verdade histórica”, destacado por Roscher, seria sua capacidade de relativizar, por exemplo, as afirmações filosóficas. Seu argumento básico era que os filósofos, que buscam afirmações necessariamente válidas, eram, na verdade, eles também parte do povo: suas especulações intelectuais tinham, portanto, uma “imagem prática” na realidade presente ou no futuro próximo. Quando dois filósofos elaboram sistemas a partir do conjunto crenças políticas, estéticas ou jurídicas de diferentes grupos, seus sistemas não se contradizem, pois cada um possui “verdade subjetiva, ou filosófica”.¹² Nesse sentido, a verdade histórica seria mais geral, mais válida, que a filosófica e a poética, pois permitiria mostrar justamente essas relações de correspondência e/ou tensão entre a realidade e as ideias produzidas no âmbito dessa realidade, abrindo caminho para um ceticismo com relação às definições mais gerais. Para o leitor, a história seria, portanto, um “antídoto contra a unilateralidade”. Em suas palavras:

Ela [a história] protege contra a sacralização ideológica dos sistemas de estudo, na medida em que nos apresenta centenas deles, com iguais pretensões explicativas e igual efemeridade; mas ela protege também do desprezo idiótico dos mesmos, haja vista que põe à mostra sua necessidade temporal e sua incalculável influência prática.¹³

Para além da influência de historiadores como Ranke, a escola histórica alemã de direito também foi importante fonte de inspiração e de legitimação para Roscher e outros economistas ligados à tradição historicista. Na Introdução ao *Grundriss* de 1843, Roscher procurou associar o programa intelectual que estava construindo à já prestigiosa escola histórica de jurisprudência. Em suas palavras: “Esse método [histórico] busca atingir, para a *Staatswirtschaft* (economia do Estado, economia política) aquilo que o método de Savigny e Eichhorn atingiram para o direito”.¹⁴ A essência do método histórico no âmbito da economia política, segundo a descrição de Roscher algumas páginas depois, consistiria em investigar o “instinto político” dos homens, o qual só poderia ser examinado a partir de uma comparação de todos os povos conhecidos.¹⁵

¹¹ ROSCHER, 1842, pp. 27-31.

¹² ROSCHER, 1842, pp. 37-38.

¹³ ROSCHER, 1842, p. 42.

¹⁴ ROSCHER, 1843, p. v.

¹⁵ ROSCHER, 1843, p. 2. Para uma crítica à ideia de que Roscher buscou, de fato, aplicar o método da escola histórica de direito à economia política, ver PEARSON, 1999, pp. 548 ss.; e TRIBE, Keith. *Strategies of Economic Order. German*

Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) e Karl Friedrich Eichhorn (1781-1854) eram ambos juristas e historiadores. Em 1815, fundaram, em colaboração com Johann Friedrich Ludwig Göschen, a *Revista de Ciência Jurídica Histórica* (*Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*), que divulgou a produção intelectual dessa corrente de juristas até 1850. O principal traço definidor da escola histórica de direito era sua reação ao universalismo jurídico, ao direito racional e natural ligado ao pensamento da Ilustração. De acordo com Savigny, em *Da vocação da nossa época para a legislação e a jurisprudência*, texto de 1814 que se tornou célebre por polemizar com o jurista jusnaturalista Anton Thibaut, o direito emanava do espírito do povo (*Volksgeist*), não podendo, portanto, ser criado racionalmente pelos legisladores.¹⁶ Na prática, essas regras particulares a cada povo se mostrariam no direito consuetudinário praticado. Este deveria ser a fonte para a fixação de leis, e não uma legislação externa ao contexto nacional, deduzida de princípios naturais gerais, como era o Código Civil napoleônico, alvo concreto da polêmica de Savigny neste momento.¹⁷

Por fim, dois aportes importantes para a formação da escola histórica alemã foram de alguma maneira externos a esse movimento intelectual identificado como historicismo. Trata-se das contribuições de Adam Müller e Friedrich List. O papel desses ditos “precursores” do historicismo na economia política – Adam Müller com seu *Elementos da arte de governar* (1809) e Friedrich List com seus *Outlines of American political economy* (1827) e *Sistema nacional de economia política* (1841 e depois 1844) – estaria relacionado com a construção da ideia de que a teoria econômica é relativa, sendo sua validade circunscrita a circunstâncias específicas. No caso de Müller, o engajamento era contra a absolutização do econômico: a economia estaria inserida no âmbito do Estado e só poderia ser abordada desse ponto de vista. Para reforçar a concepção de que a teoria econômica não era válida igualmente para todas as nações, a primeira geração da escola histórica se inspiraria no argumento de Müller de que a teoria clássica não se aplicava, por exemplo, à vida feudal. Müller, no entanto, era visto como um representante do passado: sua crítica à economia política clássica se estruturava a partir de um ponto de vista romântico, que idealizava o mundo medieval e queixava-se da dissolução da ordem

economic discourse 1750-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 69. Não está no escopo deste trabalho uma análise profunda da influência da escola histórica de direito sobre o historicismo econômico na Alemanha, mas convém lembrar que o fato de Roscher invocar Savigny e Eichhorn como autoridades a legitimarem sua proposta de método aponta para uma afinidade ideológico-política que não se torna menos “relevante” pela não-adoção, em suas elaborações no campo da economia, de todos os preceitos, por exemplo, da doutrina do *Volksgeist*.

¹⁶ A primeira edição deste livro é: SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.

¹⁷ KANTOROWICZ, Hermann. “Volksgeist und historische Rechtsschule”, in: *Historische Zeitschrift*, Bd. 108, München und Berlin, 1912, p. 312.

feudal.¹⁸ De acordo com Bruno Hildebrand, em 1848, tanto Müller quanto List haviam protestado contra o princípio abstrato da liberdade, mas seus interesses eram bastante distintos:

(...) List almeja o que Müller descarta. Ele censura a Alemanha por estar muito apegada ao velho e por ainda não ter progredido mais energicamente na direção da fabricação [industrial]. Müller, ao contrário, porque o país já destruiu o velho e caminha rápido na direção da indústria inglesa.¹⁹

No caso da apropriação de List, era relevante para a primeira geração do historicismo a ideia de desenvolvimento histórico em estágios e de progresso econômico nacional. Na concepção listiana, a economia política deveria promover a “educação nacional”, ensinando como cada país poderia ser elevado ao nível de desenvolvimento que lhe permitiria a aproximação – econômica, comercial – proveitosa com outras nações. Dessa forma, a partir das constantes mudanças nas constelações de política econômica no correr da história, List estabelecera o princípio da relatividade dos meios de política econômica. A tarifa aduaneira seria, então, o instrumento temporário, a serviço da causa alemã, para que se atingissem esses desejados estágios elevados de “expansão das forças produtivas”. Assim, os pontos de contato de List com o futuro historicismo em economia política estariam menos em uma metodologia voltada para a pesquisa em história econômica ou para a empiria, mas, sim, na relativização do instrumental de política econômica e na redução do espectro de validade da teoria à constelação histórico-sociológica que lhe deu origem.²⁰

Essa crítica à absolutização das leis da economia clássica, isto é, a relativização, no tempo e no espaço, da validade da teoria econômica, talvez tenha sido o principal legado do trio de economistas que compõem a velha escola histórica alemã: Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand. Quando se compara o *Grundriss* de Roscher com sua produção intelectual em economia, o método histórico é mais uma proposta em termos programáticos do que uma diretriz seguida. Isso fica claro em sua principal obra, cuja publicação, em cinco volumes e várias reedições, iniciou-se em 1854: o *Sistema da economia política (System der Volkswirtschaftslehre)*, um manual muito exitoso do ponto de vista editorial, cujo cerne teórico refletia as ideias dos economistas clássicos.²¹ Embora

¹⁸ Essa visão negativa sobre o legado de Müller é persistente na historiografia, embora Barkai, por exemplo, ressalte aspectos inovadores de sua teoria do dinheiro, relacionados à moeda fiduciária e aos institutos emissores (bancos nacionais). Sobre Müller e o historicismo, ver EISERMANN, 1956, pp. 102-103; RIETER, Heinz. “Historische Schulen”, in: ISSING, Otmar. *Geschichte der Nationalökonomie*. 4. Auflage. München: Vahlen, 2002, pp. 138-139; BARKAI, 1977, pp. 62-64.

¹⁹ HILDEBRAND, Bruno. *Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*. Frankfurt am Main: J. Rütten, 1848, p. 62.

²⁰ Ver: EISERMANN, 1956, pp. 114-116 e RIETER, 2002, p. 141.

²¹ Ver: ROSCHER, Wilhelm. *System der Volkswirtschaftslehre*. Erster Band. *Die Grundlagen der Nationalökonomie*. 5. verm. und verb. Auflage. Stuttgart: Cotta, 1864. O projeto do sistema de economia política de Roscher se inscreve na

suplementasse suas análises com longos excursos históricos, Roscher adotou a teoria clássica em assuntos como população e teoria da renda, nos quais seguiu, respectivamente, Malthus e Ricardo. No campo da teoria do valor, embora derivasse o valor de troca de uma mercadoria a partir do custo de produção, Roscher fez, sob influência de seu “mestre” Karl H. Rau, considerações importantes sobre utilidade e demanda, numa linha de argumentação conhecida como “valor subjetivo” ou tradição “proto-neoclássica”. Dessa forma, Roscher não foi contrário às ideias da economia política clássica, tendo influenciado Marshall e, sobretudo, Carl Menger, que dedicou seus *Princípios (Grundsätze)* a Roscher.²²

O mesmo tipo de argumento valeria para Bruno Hildebrand, cujo principal texto *Economia política do presente e do futuro (Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft)*, de 1848, foi um tratado de história das ideias econômicas de Smith a Proudhon. O sistema de Smith foi atacado por se pretender a uma generalidade que não possuía: a escola smithiana era repreendida por tomar as leis econômicas como imunes ao espaço e ao tempo. Essa corrente esquecia-se, no dizer de Hildebrand, de que o homem é “um produto da história, e que suas necessidades, sua formação e sua relação com as coisas e com outros homens nunca permanecem as mesmas”²³. Adam Müller, por sua vez, era acusado de apego a um conjunto de valores antiquado, de resistência ao progresso trazido pela indústria.²⁴ Como o próprio Hildebrand expôs no Prefácio, essa revisão crítica das doutrinas deveria ser a primeira parte de um projeto amplo de reforma, de introdução do método histórico na economia, transformando-a na ciência das leis econômicas de desenvolvimento dos povos.²⁵ De toda forma, essa etapa posterior do projeto não foi cumprida e o que permaneceu foi a relativização das teorias presentes até então.²⁶

No caso de Karl Knies, esse relativismo histórico foi levado ainda mais adiante. Seu principal livro *Economia política do ponto de vista do método histórico (Die politische Ökonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode)*, de 1853) foi um tratado bastante distinto dos manuais de economia da Alemanha oitocentista, como, por exemplo, o *Lehrbuch* de Rau e o *Sistema* de Roscher. Sem discutir preços ou salários, Knies apresentou um tratado focado nas influências da história e da geografia sobre a formação

tradição alemã de livros-texto que tratavam dos três domínios da ciência econômica, na linha inaugurada por Karl H. Rau. A obra foi sendo acrescida de vários volumes, para além do de 1854: vol. II, “A economia do cultivo da terra e outras produções primárias” (1859); vol. III, “A economia do comércio e do empenho nos ofícios” (1881); vol. IV, “Sistema das finanças públicas” (1886); e vol. V, “Sistema da assistência aos pobres e política para os pobres” (1894).

²² TRIBE, 1995, pp. 70-71; HAGEMANN e RÖSCH, 2012, p. 104.

²³ HILDEBRAND, 1848, p. 29.

²⁴ HILDEBRAND, 1848, p. 62.

²⁵ HILDEBRAND, 1848, “Vorrrede”.

²⁶ TRIBE, 1995, p. 72.

dos povos e de suas respectivas economias, argumentando que isso certamente se refletiria na produção de ideias econômicas distintas para cada contexto nacional.²⁷ Na seção intitulada “A ciência da economia política em movimento histórico e em conexão com o período de seu surgimento”, Knies estabeleceu relações entre doutrinas e contextos que, embora a expressão soe anacrônica, poderiam ser vistas como uma espécie de “sociologia precoce” da ciência econômica.²⁸ Knies recusava assim, de forma mais enfática que Roscher, por exemplo, qualquer lei econômica geral, rejeitando o raciocínio abstrato-dedutivo de Ricardo. Do ponto de vista teórico, todavia, sua principal contribuição (reconhecida, por exemplo, por Schumpeter) foi no campo da moeda e do crédito, e, nesse campo, Knies seguiu os preceitos metodológicos clássicos convencionais.²⁹

Essa ausência de um programa teórico efetivamente alternativo e do estabelecimento de “leis históricas”, como prometiam certas declarações programáticas dos três primeiros economistas que se identificaram com o historicismo, tem sido lida de maneira negativa pela historiografia, que costuma ressaltar, não sem razão, a “frustração” do projeto historicista. É o tom adotado, por exemplo, por Schumpeter, ao argumentar que o principal livro de Knies enfatiza a relatividade de políticas e doutrinas, “e deve à sua boa recepção, por parte de economistas históricos genuínos, uma prominência que de fato não merece”.³⁰ Keith Tribe toma posição semelhante ao argumentar, com propriedade, que as elaborações de Roscher e Hildebrand pouco destoavam da tradição teórico-pedagógica da *Nationalökonomie* alemã da forma como se estabelecera em finais do século XVIII. Em suas palavras, um “abismo” separava os objetivos do projeto historicista dos escritos concretos de seus entusiastas mais destacados.³¹

A conclusão do trabalho clássico de Gottfried Eisermann, sobre as bases do historicismo na economia política alemã, é menos negativa. Para Eisermann, o “método histórico” significou, para os representantes da velha escola histórica, a defesa de um ponto de vista, isto é, de um relativismo na forma de encarar a teoria econômica: tratava-se de abalar a confiança na validade universal dedutível da teoria. No entanto, esses economistas não se recusaram à teorização – e a teoria sobre a qual trabalharam e que

²⁷ SCHEFOLD, Bertram. “Knies, Karl Gustav Adolf (1821-1898)”, in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

²⁸ KNIES, *Die politische Ökonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode*. Braunschweig: Schwetschke, 1853, pp. 168-206.

²⁹ Ver: SCHEFOLD, 2008. Schumpeter reconhece Knies como o mais “proeminente” dos economistas da chamada velha geração da escola histórica, deixando sua marca como teórico da moeda e do crédito, mas diz que “sua única conexão com o historicismo consiste num livro programático”. Ver SCHUMPETER, 1954, pp. 808-809.

³⁰ SCHUMPETER, 1954, p. 809.

³¹ TRIBE, 1995, p. 72.

ensinaram foi, nos mais das vezes, de origem clássica.³² A partir dessa ênfase na relativização das doutrinas econômicas, é possível mudar um pouco o foco e escapar de uma avaliação do legado intelectual da velha escola histórica somente pela métrica de seus próprios escritos programáticos. Esse procedimento toma pelo valor de face as “promessas” assumidas pelos pensadores em seus escritos, sem insertá-las num contexto em que “propor uma reforma historicizante do método da economia” significava uma busca por alinhamentos e legitimações discursivas que não necessariamente tinham de desembocar na proposição de um novo paradigma teórico. A busca por uma identificação com a escola histórica de direito é exemplar, nesse sentido.

Ora, invertendo a questão e perguntando sobre as consequências, do ponto de vista do legado intelectual, dessa constatação do caráter relativo das leis econômicas, pode-se formar uma imagem menos “frustrada” desse momento de consolidação do historicismo na economia política alemã. Em síntese, essa postura relativista permitiu um primeiro ímpeto de historicização da teoria econômica no mundo germânico, de reflexão sobre sua natureza e sobre sua sensibilidade à mudança temporal e espacial. Heinz Rieter menciona, ainda que de passagem em texto mais geral, que um dos feitos mais “permanentes” dessa geração foi, pela primeira vez na Alemanha, ocupar-se com o passado da própria disciplina. Para além do livro de Hildebrand de 1848, elenca o estudo de Julius Kautz, *O desenvolvimento histórico da economia política e sua literatura (Die geschichtliche Entwicklung der National-Oekonomik und ihrer Literatur)*, de 1860, e o livro de Roscher *História da economia política na Alemanha (Geschichte der National-Oekonomik in Deutschland)*, de 1874. Embora não tenha sido escrito como um tratado de história das doutrinas econômicas, o livro de Knies de 1853 poderia ser incluído nessa lista, pois inclui efetivamente uma história do pensamento econômico do mercantilismo ao socialismo, que desempenha função importante na construção do argumento favorável à relativização.³³

Dentre esses tratados de história das ideias, o de Roscher tem sido destacado pelo pioneirismo e abrangência. Trata-se de uma obra orientada pela ideia da relatividade do conhecimento, não só econômico, mas humano em geral. Já no prefácio à obra, Roscher procurou dar esse tom ao texto: “Somente um cérebro muito míope, ou muito arrogante, em todo caso completamente a-histórico, faria a história de sua disciplina começar onde aparecem os sistemas similares àqueles aceitos por esse mesmo cérebro”.³⁴ Segundo

³² EISERMANN, 1956, pp. 237-238.

³³ RIETER, 2002, p. 144.

³⁴ ROSCHER, 1874, p. VI.

Bertram Schefold, a força da síntese de história das ideias produzida por Roscher estaria no tipo de ordenamento das noções econômicas, o qual as relaciona com os desenvolvimentos da economia concreta e com isso sinaliza possíveis desdobramentos posteriores do pensar econômico. Nesse sentido, Roscher iria além do procedimento relativizador, fazendo dele um meio de entrar em discussões teóricas.³⁵ Pode ser enriquecedor, portanto, ver essa geração inicial do historicismo no âmbito da *Nationalökonomie* não só como uma fase de promessas teóricas não cumpridas, mas como um momento de tomada de consciência da historicidade da teoria econômica e de uma efetiva produção de estudos que marcaram o surgimento, no contexto alemão, da história das ideias econômicas como campo sistemático de discussão. Essa proposição não afronta, mas complementa, as várias ponderações da historiografia das últimas décadas, que tem buscado desmistificar a noção de uma escola histórica alemã unitária, idealizada e “antagonista” com relação à economia política clássica.

Nessa linha, convém estabelecer algumas balizas importantes para diferenciar a “velha” escola histórica da segunda geração ou “jovem” escola histórica alemã. Em linhas gerais, é possível endossar a observação de Schumpeter, repisada por estudos subsequentes, de que a “velha geração” não constituiu uma escola, no sentido de um “fenômeno sociológico”.³⁶ Não cabe aqui aprofundar a discussão do mérito mais geral da expressão “escola histórica alemã”. Afinal, as tentativas de substituí-lo por outras categorias (como “economia cultural” ou “evolucionária”) se revelaram pouco produtivas, até porque propõem novas hegemonizações, bastante extemporâneas ao contexto que deu origem essa linhagem de pensamento.³⁷ Ainda assim, vale extrair dessa discussão o cuidado com o uso da categoria “escola histórica alemã”. Numa palavra, é preciso frisar que essa linhagem de pensamento econômico comportou diferenças significativas entre as “gerações” e os indivíduos que abarcou, tanto no que se refere ao conteúdo do material produzido, quanto no que tange à articulação e ao posicionamento político-institucional.

É preciso, portanto, escapar à generalização que atribui à escola histórica como um

³⁵ Para uma análise dessa obra de Roscher, ver: SCHEFOLD, Bertram. “Wilhelm Roschers ‘*Geschichte der National-Oekonomie in Deutschland*’”, in: _____. *Beiträge zur ökonomischen Dogmengeschichte*. Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 2004, pp. 424-425.

³⁶ SCHUMPETER, 1954, p. 808. Outros estudos que endossam essa posição: LINDENFELD, David F. “The myth of the older historical school of economics”, in: *Central European History*, vol. 26, n. 26, 1993; RIETER, 2002, p. 142; SCHULZ, 2013, p. 194.

³⁷ CALDWELL, 2001, pp. 650-651. Os comentários de Knut Borchardt sobre o artigo de Heath Pearson (1999) corroboram as críticas de Caldwell. Ver: BORCHARDT, Knut. “Comments”, in: NAU, Heino e SCHEFOLD, Bertram (eds.). *The historicity of economics: continuities and discontinuities in economics in the 19th and 20th economics*. Berlin: Springer, 2002. pp. 44-48.

todo uma característica que foi limitada a alguns membros da segunda geração: a posição política nacionalista-conservadora e o compromisso com uma política econômica de cariz protecionista. Se, no caso de Roscher, a relação com o liberalismo foi ambígua, e a proximidade com o historicismo de Leopold von Ranke expressa certo pendor pelo academicismo conservador, no caso de Hildebrand e Knies o envolvimento com o movimento liberal e nacionalista de 1848 nos Estados alemães foi claro. Bruno Hildebrand participou da Assembleia Nacional de Frankfurt, como representante da “esquerda democrática” e fez parte da comissão econômica. Nos anos imediatamente posteriores, atuou politicamente no âmbito do Parlamento do Eleitorado de Hessen, posicionando-se contra o gabinete conservador-legitimista de Ludwig Hassenpflug.³⁸ Karl Knies também atuou neste campo liberal-progressista dos embates políticos em Hessen, aliando-se ao “ministério de março”, estabelecido após a revolução de março de 1848. Seus planos envolviam reformas educacionais e a criação de um Instituto Politécnico na cidade de Kassel, onde deveria lecionar, mas esse ímpeto reformador frustrou-se com a queda do “governo de março” e a ascensão de Hassenpflug.³⁹

Vale dizer que o nacionalismo liberal desse contexto tinha um teor de combate ao particularismo das pequenas unidades estatais germânicas, cuja elite política era constituída, em boa parte, por uma nobreza ciosa de seus privilégios aristocráticos. Embora o combate ao liberalismo “de Manchester” tenha feito parte da construção argumentativa de ambas as gerações da escola histórica, esse movimento teve origem nesse liberalismo nacionalista alemão do século XIX. A conjuntura política da época de formação dos “pais fundadores” da escola histórica era, portanto, bastante distinta daquela que levou Gustav Schmoller a defender posições nacional-protecionistas, em apoio a Bismarck, no final do século.⁴⁰

A agenda política e institucional da jovem escola histórica alemã esteve bastante associada com o *Verein für Sozialpolitik* (Associação para a Política Social), fundado numa conferência em Eisenach, em 1873. Esse evento foi precedido por um encontro organizado em 1872 em torno da “questão social” (“*die soziale Frage*”), na mesma cidade de Eisenach, onde o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (SDAP, na sigla original, um dos embriões do futuro SPD) fora fundado alguns anos antes, em

³⁸ LINDENLAUB, Dieter. “Hildebrand, Bruno”, in: *Neue Deutsche Biographie*, 9, 1972, p. 121.

³⁹ Os “governos de março” ou “gabinetes de março” – em alemão, *Märzregierungen* – são uma denominação referente aos governos de inclinação liberal, instalados por vários príncipes regionais da Confederação Germânica, em resposta às reivindicações expressas nos movimentos revolucionários iniciados em março de 1848. Esses governos foram efêmeros, sendo substituídos por gabinetes conservadores no final de 1848 e ao longo de 1849. Sobre a trajetória de Karl Knies, ver: BRAEUER, Walter. “Knies, Karl”, in: *Neue Deutsche Biographie*, 12, 1979, pp. 182-183.

⁴⁰ EISERMANN, 1956, p. 235.

1869. Os fundadores do *Verein* eram um grupo dominado por professores universitários, que, do ponto de vista da política econômica, questionavam tanto o chamado “manchesterismo” (o liberalismo à maneira britânica), quanto ideias socialistas revolucionárias. Vale notar que a Associação foi fundada num momento de fortalecimento liberal na Alemanha, no campo da política econômica e também do pensamento econômico. O movimento livre-cambista alemão, bastante influenciado por Smith, Ricardo e Bastiat, teve sua expressão institucional no Congresso de Economistas Alemães, fundado em 1858. A relação inicial entre essas duas reuniões de economistas – o Congresso e o *Verein* – era de alguma cooperação, muito embora houvesse animosidades e discordâncias.⁴¹

A defesa do protecionismo, que associava tarifas elevadas às necessidades da indústria alemã, só se tornaria predominante no âmbito do *Verein für Socialpolitik* em 1879. A guinada de Bismarck rumo a uma política comercial protecionista neste mesmo ano ensejou o apoio de Schmoller à elevação de tarifas, no encontro de 1879 do *Verein*. Seu argumento era que políticas de proteção não eram uma questão de princípio, mas uma necessidade das nações. No caso da Alemanha, cuja indústria se recuperava da crise do início dos anos 1870, a proteção seria a política correta a adotar. No período posterior a 1879, a liderança ideológica e intelectual da Associação foi exercida sobretudo por economistas prussianos, como Schmoller e Adolph Wagner, refletindo o clima antiliberal dessa conjuntura. Políticas comerciais protecionistas conviviam com um Estado alemão mais forte e mais centralizado, sob a influência do chanceler Otto von Bismarck. Marcos importantes dessa conjuntura política foram as leis antissocialistas (1878-1890) e a implantação das bases legais do Estado de bem-estar social. Entre 1883 e 1889, introduziram-se as leis que regulavam o seguro-saúde, o seguro por acidentes e o seguro (aposentadoria) por idade e invalidez.⁴²

No contexto das disputas imperialistas que se acentuaram no final do século XIX, sob o reinado do novo imperador Guilherme II e governo do chanceler Bernhard von Bülow, o Império Alemão, já unificado politicamente, adotou uma política externa mais

⁴¹ Estiveram envolvidos na formação do Congresso de Economistas Alemães pensadores liberais como Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), John Prince-Smith (1809-1874) e Heinrich Bernhard Oppenheim (1819-1880). Para um exame detalhado das origens do *Verein* e de sua história institucional, ver: HAGEMANN, Harald. “The Verein für Sozialpolitik from its Foundation until World War I”, in: AUGELLO, M.; GUIDI, M. (eds.). *The Spread of Political Economy and the Professionalisation of Economists. Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century*. London & New York: Routledge, 2001. Hagemann lembra que os professores universitários nunca compuseram a maioria dos membros da Associação, mas eram o grupo mais influente no “Comitê Permanente”, no âmbito do qual as atividades científicas eram realizadas.

⁴² Ver histórico da legislação social implantada por Bismarck, disponível na página do Ministério do Trabalho da Alemanha. Ver BISMARCKS Sozialgesetzgebung. Berlin: Bundesministerium für Arbeit und Soziales, 2010.

agressiva e colonialista, a chamada *Weltpolitik* ou “política para o mundo”. Em alguma medida, Schmoller esteve em sintonia com esse projeto, ao propor, por exemplo, lidar com o problema da eventual escassez de bens agrícolas por meio do desenvolvimento de uma frota naval – que deveria concorrer com a inglesa – e da conquista de colônias. Sua defesa da expansão da frota alemã era baseada na ideia de que, se a população continuasse a crescer pelas próximas décadas, o país teria de buscar novas fontes de alimentos, senão se veria ameaçado pela proletarização e pelo conseqüente declínio dos salários. A fim de escapar do dilema entre “Estado agrário” e “Estado industrial”, a Alemanha não deveria abandonar sua agricultura, como fizera a Inglaterra, mas deveria ampliar as possibilidades de produção e comércio, o que incluía a eventual conquista de terras para a agricultura e a quebra de monopólios comerciais controlados pelas potências coloniais estabelecidas. Para Schmoller, isso só seria possível por meio de uma marinha forte e competitiva, capaz de escoltar os mercadores alemães. A sintonia com um projeto de influência mundial alemã era clara, visto que Schmoller destacava a importância de uma força naval de longa distância para o comércio global de grãos, que se faria necessária, por exemplo, caso a Rússia parasse de abastecer o mercado germânico.⁴³

Gustav Schmoller, líder do *Verein für Sozialpolitik* entre 1890 e 1917, foi decerto o economista mais conhecido da Alemanha nesse período. Embora suas ideias não tenham tido, no Brasil, uma recepção tão ampla como as de Adolph Wagner, por exemplo, Schmoller foi um ator importante não só como intelectual, mas, também, do ponto de vista institucional. Schmoller foi bastante próximo do influente burocrata prussiano Friedrich Althoff (1838-1908), responsável por uma profunda reforma da universidade prussiana entre o final do século XIX e início do XX. Em linhas gerais, Althoff buscou, a partir de seus cargos na administração educacional, expandir e centralizar o sistema universitário, criando bibliotecas, construindo novas instalações e instituindo um processo de nomeação de professores baseado em “avaliação por pares”. Para viabilizar essa seleção, Althoff contava com uma ampla rede de conselheiros para as diversas áreas, dentre os quais Gustav Schmoller, que, vale frisar, não era o único a fornecer pareceres no domínio da economia: o estatístico-economista Wilhelm Lexis e o próprio Adolph Wagner também fizeram parte do círculo de conselheiros de Althoff. Embora criticado por seu caráter personalista, o “sistema Althoff” decerto moldou a universidade prussiana nesse contexto, estabelecendo parâmetros para o conjunto do Reich. No campo da ciência econômica, Gustav Schmoller foi um dos agentes da implantação desse projeto

⁴³ SCHMOLLER, Gustav. “Die wirtschaftliche Zukunft Deutschlands und die Flottenvorlage”, in: SCHMOLLER, Gustav (Hrsg.). *Handels- und Machtpolitik*. Bd. 1. Stuttgart: Cotta, 1900, pp 12-20 e pp. 33-34.

universitário.⁴⁴

Schmoller estudara ciências do Estado na Universidade de Tübingen (1857-1861), tendo ensinado em Halle (1864-1872), Estrasburgo (1872-1882) e, finalmente, Berlim (1882-1913), onde ocupou posição influente, do ponto de vista acadêmico e político. Sua obra de maior circulação foi o livro-texto *Princípios de economia política geral* (*Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, v.1 em 1900 e v. 2 em 1904), que recebeu nova edição, revisada, em 1923, já após a morte do autor. A publicação do livro em francês, em 1905, foi exitosa e, em 1908, Schmoller se mostraria satisfeito por ter 6000 exemplares de seu livro circulando pelo mundo – inclusive no Brasil – por meio dessa tradução publicada pela editora parisiense Giard & Brière. Vale lembrar que, nesse momento, o francês era língua de divulgação científica internacional e acessível para a maior parte das elites intelectuais europeias, estadunidenses e latino-americanas. Para além deste livro e de dezenas de artigos e panfletos, Schmoller produziu uma série de monografias sobre temas históricos, como, por exemplo: os pequenos negócios na Alemanha oitocentista (1870); a guilda de tecelões de Estrasburgo, entre os séculos XIII e XVII (1879); e a história econômica e administrativa da Prússia, nos séculos XVII e XVIII (1898).⁴⁵

De fato, embora seu principal livro tenha sido um tratado teórico-pedagógico, Schmoller se tornou conhecido até os dias de hoje por sua participação na controvérsia do método (ou *Methodenstreit*) com Carl Menger. Esse episódio, ocorrido na década de 1880, tem sido utilizado para delimitar, de forma por vezes muito esquemática, o “método histórico” ou “indutivo” e o “método dedutivo” em economia. Nas décadas seguintes, entre capítulos de livros, ensaios e artigos, muito se escreveu sobre o tema.⁴⁶ Mesmo manuais de história do pensamento econômico costumam trazer alguma referência a essa discussão e, a partir daí, caracterizam os traços gerais da economia política produzida na Alemanha no século XIX, levando por vezes a uma identificação um pouco apressada entre a economia produzida na Alemanha e o pendor historicista que, no caso da jovem

⁴⁴ Sobre o “sistema Althoff”, ver SCHULZ, 2013, pp. 72-77.

⁴⁵ Sobre a disseminação internacional do *Grundriss* de Schmoller, ver BACKHAUS, Jürgen. “Schmollers Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre – ein aktueller Klassiker”, in: BACKHAUS, Jürgen; SCHEFOLD, Bertram; SHIONOYA, Yuichi. *Gustav von Schmollers Lebenswerk – eine kritische Analyse aus moderner Sicht*. Düsseldorf: Verlag Wirtschaft und Finanzen, 1989.

⁴⁶ Ver, como exemplo: SCHUMPETER, 1954, pp. 814-815; RIHA, Thomas. “German Political Economy: The History of an Alternative Economics”, in *International Journal of Social Sciences*, vol. 12, issues 3/4/5, 1985, pp. 82-85; TRIBE, 1995, pp. 72-80; RUSFELD, Daniel R. “Methodenstreit”, in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008. Em alemão: RITZEL, Gerhard. *Schmoller versus Menger*. Offenbach: Bollwerk-Verlag, 1959; WITTKAU, Annette. *Historismus. Zur Geschichte des Begriffs und des Problems*. 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994, pp. 61-80. Essa lista está longe de ser exaustiva e pretende tão-somente fornecer ao leitor um guia de leitura sobre a contenda intelectual entre Schmoller e Menger.

escola histórica, é ainda mais forte que no caso da velha geração.⁴⁷ Isso motivou, aliás, a escolha pelo tratamento do “socialismo de Estado” em separado da escola histórica neste capítulo, muito embora haja pontos de contato entre esses programas intelectuais. Por ser um episódio de debate acirrado, o *Methodenstreit*, além de tornar visíveis as cisões entre economistas, permite iluminar certos aspectos desse discurso econômico, produzido nos países de língua alemã, que se mostrariam relevantes para o processo de apropriação no Brasil.

A controvérsia em si iniciou-se com a publicação do livro *Investigações sobre o método das ciências sociais* (1883), de Carl Menger. Seguiu-se a esse texto a resenha que Gustav Schmoller redigiu para o livro de Menger: “Sobre a metodologia das ciências sociais e do Estado”, publicada em 1883. No ano seguinte, foi a vez de Menger revidar com *Os erros do historicismo na Nationalökonomie alemã*, um conjunto de “cartas” destinadas a responder diretamente as críticas de Schmoller. Em linhas gerais, Menger concebia a economia a partir de suposições teóricas formais, que descrevem o comportamento econômico do indivíduo de forma ideal-típica. Tratava-se de, por meio de uma teoria do valor baseada nas necessidades do indivíduo em cada caso, desenvolver um sistema que permitisse não só explicar, mas também prognosticar a realidade empírica. Essa abordagem, que mais tarde se cristalizaria como teoria da utilidade marginal, foi duramente criticada por Schmoller, que acusava Menger de reduzir toda a ação individual humana à “pulsão de aquisição” ou aos motivos puramente econômicos. Nesse sentido, para Schmoller, a metodologia austríaca negava a história e virava as costas para a realidade.⁴⁸

Numa interpretação dos aspectos filosófico-metodológicos da controvérsia, Annete Wittkau argumenta que a divergência fundamental referia-se à noção de “lei econômica”. O entendimento de Gustav Schmoller sobre “conhecimento científico” estaria baseado no pensamento kantiano de que só é possível atingir o saber nos ramos do conhecimento em que às suposições do pensamento sobre a realidade pode-se confrontar uma percepção sensorial da realidade. Dessa forma, a “ciência descritiva” (história) forneceria o “trabalho inicial”, ou seja, os pré-requisitos à teoria geral. Schmoller reconhecia que o conhecimento histórico e a teorização, ou a constatação de cadeias causais que se repetem, seriam dois procedimentos inter-relacionados, mas de qualidade epistemológica distinta.

⁴⁷ Ver, como exemplo, SCREPANTI e ZAMAGNI, 2005, pp. 189-192.

⁴⁸ Como panorama geral, ver: ABELSHAUSER, Werner. “L’écologie historique et les problèmes d’aujourd’hui”, in: BRUHNS, Hinnerk (org.). *Histoire et économie politique en Allemagne de Gustav Schmoller à Max Weber*. Paris: Maison des sciences de l’homme. 2004.

Porém – e aqui reside o ponto crucial da controvérsia, na interpretação de Wittkau – o conhecimento resultante do procedimento generalizador schmolleriano teria caráter de probabilidade, mas jamais de lei. Em outras palavras, mesmo que todas as investigações históricas anteriores tenham mostrado o fato B como decorrência de A, do fato A *pode* decorrer C, em determinada constelação.⁴⁹ O uso da palavra lei, ou “lei exata”, como queria Menger, serviria, conforme Schmoller, para conferir um “manto de necessidade” a afirmações que não possuem caráter necessário.⁵⁰

E, de fato, para Menger, as “leis exatas” eram construtos mentais, que não poderiam ser referidos à realidade perceptível pelos sentidos. A essas leis se chegaria por meio da investigação dos elementos simples (abstratos, e não empíricos) do mundo real que, isolados de influências externas, produziriam fenômenos complexos.⁵¹ Nesse sentido, a pesquisa exata mengeriana seria puramente apriorística. Ao conferir *status* de “lei científica” aos resultados dessa investigação dedutiva, Menger propôs algo conceitualmente incompatível com a proposição de Schmoller de que não haveria conhecimento sem referência ao empírico. É por isso que, de acordo com Wittkau, do ponto de vista epistemológico, não há um real “debate” entre os dois pensadores.⁵²

No entanto, numa perspectiva relacionada à vida prática, ou à relação entre conhecimento econômico e política econômica, a crítica de Menger faria sentido ao apontar o descaso “operacional” pela teorização ou, em outros termos, o não-aproveitamento prático do conhecimento histórico produzido. Schmoller reconhecia que o trabalho descritivo-histórico fornece ao economista o material para o procedimento teorizador, por mais que este não chegue a leis definitivas. Enfatizava que adotar um procedimento histórico “temporariamente” não significaria desprezo pela teorização.⁵³ E aqui há de fato uma controvérsia e uma crítica contundente, na interpretação de Wittkau, pois a dificuldade seria a de estabelecer um ponto a partir do qual o procedimento histórico cessa, por mais que não se tenha explorado todo seu potencial (inesgotável), e passa-se à elaboração e à aplicação de teorias. Nesse sentido, a designação pejorativa de *Historismus* servia, para Menger, para qualificar um conhecimento econômico-histórico sem relevância para a vida prática.⁵⁴

⁴⁹ WITTKAU, 1994, p. 66

⁵⁰ Ver: SCHMOLLER, Gustav. “Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und -methode”, in: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. Bd. 7. Jena: Fischer, 1901, p. 575.

⁵¹ Ver: MENGER, Carl. *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883, p. 41.

⁵² WITTKAU, 1994, p. 67 e pp. 70-71.

⁵³ SCHMOLLER, Gustav. “Zur Methodologie der staats- und sozialwissenschaften”, in: *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, vol. 7. Leipzig: Duncker & Humblot, 1883, p. 242.

⁵⁴ WITTKAU, 1994, p. 77.

A interpretação de Keith Tribe do *Methodenstreit* enfatiza aspectos relacionados à delimitação do campo da economia política na Alemanha e o suposto “fracasso” de Schmoller. Repisando que o projeto da escola histórica, posto desde Roscher, de reformar a teoria econômica com base no estudo histórico não se concretizara, Tribe postula que a argumentação de Schmoller foi muito mais baseada em presunção acadêmica do que em substância teórica.⁵⁵ Na linha do argumento de que as várias “escolas” de economia política na Alemanha oitocentista baseavam-se num grupo estável de “axiomas básicos”, relativos às necessidades humanas e à vida econômica, Tribe enfatiza a tentativa de Menger de definir de forma mais precisa o campo da economia teórica no mundo germânico.⁵⁶

De fato, o ponto de partida da crítica de Menger em seu livro que abre a controvérsia dos métodos era relativo à definição do campo da ciência econômica. Menger propôs uma divisão geral da pesquisa científica em duas direções: a busca pelo individual, concreto, e a busca pelo geral, típico. No campo específico da economia, essa divisão do trabalho científico se refletiria na distinção entre as ciências históricas relacionadas com o núcleo da economia (história e estatística) e a economia teórica em si (*theoretische Nationalökonomie*). Além desses dois grandes campos, haveria as ciências práticas da economia (ou *Kunstlehren*), que deveriam fornecer elementos sobre “como agir” com diligência em certos domínios particulares da atividade econômica. As duas principais ciências práticas seriam a política econômica e a ciência das finanças públicas (*Finanzwissenschaft*). A “economia política”, por sua vez, se compunha da economia teórica e das ciências práticas.⁵⁷ Para Menger – e Tribe endossa essa reivindicação – tratava-se de evitar uma superposição pouco precisa dessas áreas, que levasse, por exemplo, ao esmorecimento da teorização. Para Tribe, Schmoller se recusara a compreender essa divisão do trabalho e sua participação na controvérsia dos métodos revelara sua “falta de conhecimento” e sua “falta de capacidade intelectual”.⁵⁸

A busca pela “teoria” como produto necessário do discurso pode acabar levando a julgamentos drásticos e impedindo que se preste atenção a detalhes reveladores. A utilização, por Menger, do termo *Kunstlehre* para se referir às ciências práticas no primeiro texto da polêmica, em 1883, não foi trivial. Esta palavra, que pode significar tanto “estética”, quanto “técnica ou tecnologia de negócios”, ganhou destaque nos debates

⁵⁵ TRIBE, 1995, p. 94.

⁵⁶ TRIBE, 1995, pp. 75-77

⁵⁷ MENGER, 1883, pp. 3-7.

⁵⁸ TRIBE, 1995, p. 94.

ocorridos nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, por ocasião da fundação das escolas de comércio na Alemanha. Essas instituições veiculavam um conhecimento econômico mais prático, ligado à esfera privada da economia: no contexto alemão, são consideradas as primeiras escolas do que hoje se chama “administração de empresas” ou “*business economics*” na tradição anglo-saxã.⁵⁹ O uso mais marcante do termo se deu num artigo, que se tornou famoso, do economista-administrador alemão Eugen Schmalenbach (1911), “A ciência da economia privada como tecnologia de negócios” (“*Die Privatwirtschaftslehre als Kunstlehre*”). Nesse texto, Schmalenbach postulava que o objetivo de sua área deveria ser o desenvolvimento de uma tecnologia de negócios, e não o avanço da economia teórica.

Em sua resenha de 1883, feita a discussão metodológica mais geral, Schmoller dedicou algumas palavras à refutação da ideia de que a política econômica e a ciência das finanças públicas seriam “apenas *Kunstlehren*”. Defendeu as obras de autores como Wilhelm Roscher, Adolph Wagner e Lorenz von Stein no campo das finanças públicas, argumentando que representavam “tentativas exitosas de elevar essas ciências ao grau de ciências teóricas”.⁶⁰ A classificação proposta por Menger tinha, portanto, claro caráter depreciativo dessas ciências práticas: a ideia de *Kunstlehre* não implicava somente uma divisão do trabalho, mas, também, nesse contexto, uma hierarquização. Prestando atenção à retórica utilizada pelos contendores, é sintomático que Menger, na réplica de 1884 a Schmoller, tenha utilizado três cartas-capítulos para negar que houvesse tido a intenção de rebaixar as “ciências práticas”, com relação à economia teórica. E não insistiu na utilização do termo *Kunstlehre*, porém citou-o em frases de Schmoller, procurando insinuar que este empregava uma linguagem pedante. A frase de Schmoller, citada repetidas vezes por Menger com o propósito de insinuar pedantismo, foi:

As ciências práticas da economia política podem certamente despir-se do manto de *Kunstlehren*, na medida em que mostrem, em nível individual, o especial desenvolvimento das economias alemã e anglo-francesa nos últimos séculos, na perspectiva da política agrária, manufatureira e comercial.⁶¹

A metáfora pouco científica de Schmoller – “despir-se do manto” – foi utilizada por Menger para ocultar sua utilização original do termo *Kunstlehre*, que implicava uma “hierarquização” a qual Menger posteriormente esquivou-se de ter insinuado. Com efeito,

⁵⁹ Sobre esse ponto, ver: SCHNEIDER, Dieter. “Institutional Economics, Management Science and the Historical School”, in: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The Theory of Ethical Economy in the Historical School*. Berlin/Heidelberg: Springer, 1995.

⁶⁰ SCHMOLLER, 1883, p. 245.

⁶¹ SCHMOLLER, 1883, pp. 245-246, retomado em MENGER, Carl. *Die Irrthümer des Historismus in der Nationalökonomie*. Wien: Höldler, 1884, p. 60ss (a palavra é repetida por Menger sucessivas vezes nas páginas seguintes)

se do ponto de vista do avanço de uma teoria econômica mais abstrata, os economistas historicistas e socialistas de Estado pudessem não ter atingido os resultados cobrados por Menger, o mesmo não pode ser dito de seu trabalho no campo das ditas *Kunstlehren*: o domínio das finanças públicas foi um exemplo. Convém lembrar que o livro-texto mais influente na Alemanha nesse momento ainda era o de Karl H. Rau, que delimitava as três áreas da economia, sem uma necessária hierarquização: *Volkswirtschaftslehre* (teoria econômica), *Finanzwissenschaft* (finanças públicas) e *Volkswirtschaftspolitik* (política econômica). Adolph Wagner formularia, justamente no campo das finanças públicas, sua “lei” da expansão dos gastos estatais, que foi devidamente integrada em seu livro-texto de economia, e não só nos volumes dedicados especialmente à *Finanzwissenschaft*, mas, também, na parte referente ao “Estado” do volume dedicado a questões teóricas mais gerais, cuja edição definitiva se deu entre 1893 e 1894.

O debate de métodos parece ter sido, nesse sentido, não somente uma polêmica sobre método em economia, mas também uma disputa política – e Tribe assinala corretamente a posição defensiva de Schmoller na política acadêmica – em torno do tipo de partição do objeto de estudo que deveria prevalecer na ciência econômica. Mais ainda, seria uma batalha por espaço no “campo da economia” – um campo, a um só tempo, político, intelectual e semântico. Estavam em jogo, em síntese, duas alternativas. A primeira era o modelo alemão, que tratava as finanças públicas e política econômica como parte integrante, constitutiva, da economia a ser estudada e transmitida como campo do conhecimento. Essa abordagem era coerente com o propósito, herdado da antiga tradição cameralista, de proporcionar uma formação consistente para homens atuantes no serviço público e na burocracia de forma geral. Caracterizava essa definição a propensão à historicização das ideias ou, mais precisamente, à relativização de certas categorias. A segunda alternativa representava uma tendência ao primado da teoria, em que certas áreas “não-teóricas”, ainda que entendidas como relacionadas com a economia, eram conceitualizadas como *Kunstlehren*, servindo como campos de aplicação e verificação de relações teóricas fundamentais, deduzidas abstratamente. O economista nesse último sentido, portanto, não tinha de comprometer sua atividade teorizante com finalidades públicas e/ou pedagógicas.

Essa face do debate, que não é nova, mas fica pouco evidente ao se tratar dele em termos de indutivismo e dedutivismo, tem relevância para a difusão do pensamento econômico alemão no Brasil. Foi comum a boa parte das apropriações brasileiras do pensamento econômico alemão essa afinidade com alguns traços dessa vertente, de alguma maneira representada por Schmoller na controvérsia dos métodos. Embora não

possam ser reduzidos ao historicismo – isso ficará claro na próxima sessão –, os vários elementos de pensamento alemão difundidos no Brasil tinham afinidade com a ideia de relatividade das leis econômicas. No caso dos debates monetários por exemplo, mais do que uma refutação cabal do quantitativismo, ou uma recusa veemente da teoria monetária de origem inglesa, o aporte de autores como Wagner serviu para legitimar e flexibilizar a noção de que um sem número de males teriam como causa única a política monetária expansionista. Para além disso, as áreas de finanças públicas e política econômica foram integradas, de forma entusiasmada, em textos produzidos no Brasil. No caso de Rui Barbosa, a lei da expansão econômica do Estado serviu para embasar e justificar a política fiscal; no caso de Francisco Simch, a própria delimitação temática de seu livro-programa foi guiada por um opúsculo dedicado à *Volkswirtschaftspolitik*, publicado por Richard van der Borcht, na mais típica tradição pedagógica alemã. Em Amaro Cavalcanti, a *Finanzwissenschaft* forneceu a linha ideológica e o modelo de organização para um manual brasileiro de finanças públicas. Esses e outros exemplos, ao serem tratados com mais zelo na Parte III, revelarão com mais precisão essas afinidades.

4.2. Respostas à “questão social”: o socialismo de Estado

O desenvolvimento do capitalismo no mundo germânico trouxe consigo transformações que não podiam ser ignoradas pelos pensadores que refletiram sobre a economia política, sobretudo a partir dos anos 1840. Se o historicismo teve suas origens no liberalismo ligado aos anseios de unificação nacional e, depois, esteve vinculado à ideologia nacionalista de cariz mais imperialista, pode-se dizer que houve, ao longo da segunda metade do século, uma preocupação crescente com a “questão social”, isto é, com a situação da população camponesa e urbana diante das mudanças associadas com a industrialização capitalista acelerada. No intuito de contextualizar o socialismo de Estado, convém mencionar ao menos duas outras linhagens de resposta intelectual a essas questões: o associativismo e a socialdemocracia. Dentre essas três linhagens, a mais relacionada com as discussões no âmbito da economia como disciplina acadêmica – e que teve difusão relativamente duradoura no Brasil – foi o socialismo de Estado. Por isso, após breve exame do debate entre Hermann Schulze e Ferdinand Lassalle, que opôs o associativismo liberal à socialdemocracia nascente nos anos 1860, o foco dos parágrafos posteriores será a corrente socialista de Estado.

Um ponto de partida importante para o associativismo é a situação de pauperismo no *Vormärz*, isto é, o período do “pré-março” entre a fundação da Confederação Germânica (1815) e as Revoluções de Março de 1848. As guerras napoleônicas trouxeram

interrupções dos fluxos de matérias-primas, bem como na demanda por produtos oriundos dos Estados germânicos, sobretudo dos ramos têxtil e metalúrgico. Essa estagnação econômica significou expressiva redução do nível de vida. À situação de dificuldades, somou-se uma crise agrícola em 1816, causada por inesperadas alterações meteorológicas que resultaram em más colheitas, fazendo disparar o preço dos cereais. Nesse contexto crítico, formaram-se associações para a compra de grãos, para prevenir-se contra possíveis crises vindouras e/ou para moer o grão mais rapidamente, fornecendo pão aos pobres a preços baixos ou mesmo como doação. Essas associações, em sua maioria fundadas por cidadãos filantropos, diversificaram-se nos anos 1830, com o surgimento das associações para obtenção de carvão, batatas e para a distribuição de comida. Essas ideias associativistas ganharam impulso principalmente na Renânia, onde personalidades como Ludwig Gall e Friedrich Harkort defenderam associações para a educação popular (*Volksschulen*), bem como para abrigar desvalidos e pobres. Também foram concebidas cooperativas de depósito e de saúde.⁶²

É importante frisar que o associativismo encontrou adeptos entre várias correntes do espectro político, dos socialistas aos liberais. Haja vista que tais instituições permitiam também aos fracos, por meio da união conjunta, concorrer com os fortes de forma exitosa na vida econômica, suas qualidades eram vistas como confirmadores das opiniões tanto de liberais, quanto de socialistas, estes mais preocupados com organização e planejamento. Johannes Fallati seria um exemplo nesse sentido: pensador conservador, via nas associações uma forma de disciplinar e reger os trabalhadores, tendo em vista a decadência da velha ordem estamental. Já Karl Biedermann via a as associações como principal alavanca das reivindicações socialistas.

Ficaria claro, no entanto, que essas associações só teriam influência limitada sobre certas condições do cálculo mercantil e sobre a concorrência capitalista, sendo incapazes de deter o crescente poder do capital sobre o trabalho vivo. Vale lembrar que, na economia do artesanato, questões relativas aos meios de produção e aos bens produzidos eram tratadas no âmbito da justiça e da manutenção de uma certa ordem. A questão social ou questão do trabalho era, portanto, uma questão coletiva, um problema social e moral entre os artesãos. O imperativo da concorrência mercantil não se coadunava com a orientação

⁶² O breve histórico do associativismo alemão se baseia na introdução Hans-Jörg Zerwas à reedição do texto de Ferdinand Lassalle que polemiza com o associativismo liberal de Hermann Schulze-Delitzsch. Ver ZERWAS, Hans-Jörg. "Assoziation, Verein und Genossenschaft. Bemerkungen zum Schicksal eines demokratischen Ideal", in: LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch oder der ökonomische Julian*. Neudruck. Frankfurt: Keip, 1990. pp. VI-XIV.

coletivista herdada, assim como a pauperização e a proletarização ameaçavam a manutenção da ordem social. A reivindicação política era, nesse sentido, por “organização do trabalho”, por um movimento contrário à desintegração social. No fundo, argumenta Hans-Jörg Zerwas, o associativismo significou, para os artesãos, uma tentativa de determinação de seu novo lugar no mundo, tendo em vista que a dinâmica da troca econômica mercantil não mais se prestava à explicação baseada na visão de mundo estamental.

Durante a Revolução de 1848/49, foi fundada a Fraternidade (*Arbeiterverbrüderung*) Geral dos Trabalhadores Alemães, porém, mesmo com a recém-superada fome de 1846/47 e com a pauperização acompanhada de desemprego, as reivindicações dos trabalhadores e artesãos qualificados não era pelo “direito ao ganho integral dos retornos do trabalho”. É importante lembrar que o cotidiano e a experiência de vida não eram marcados, a essa altura, pela onipresença da mercadoria, nem pela troca de equivalentes, de maneira que uma crítica ao trabalho assalariado com base na ideia da não-equivalência da troca entre capital e trabalho não poderia ser embasada nem tampouco justificada. O que as associações reivindicavam nesse momento era muito mais o controle sobre a própria capacidade de trabalho e a socialização da produção pelos próprios trabalhadores. A Fraternidade tinha como objetivo programático a reorganização da produção por meio de associações produtivas. O Estado democrático-constitucional projetado pela Assembleia Nacional de 1848/49 deveria, na visão associativista, subvencionar e auxiliar as associações, e não diretamente os empresários. Mas isso não significava envolvimento direto do Estado na produção.

Um dos principais representantes do associativismo, responsável pela concepção e viabilização das cooperativas de crédito na Alemanha oitocentista foi Hermann Schulze-Delitzsch, cujas ideias sobre crédito cooperativo foram difundidas no Brasil, por industrialistas como Serzedelo Correia e por formuladores de política econômica preocupados em organizar o crédito à produção, sobretudo de café. Hermann Schulze-Delitzsch nasceu em 1808, e estudou direito em Leipzig e Halle. Suas iniciativas, ainda na cidade natal de Delitzsch (Saxônia), podem ser vistas como parte das primeiras reações concretas aos efeitos iniciais do capitalismo ligado à máquina e à concentração financeira. Sua convicção econômica fundamental se enraizava no liberalismo, sem que isso significasse a prevalência exclusiva do indivíduo econômico. Seu liberalismo abarcava também algum tipo de contrapeso feito pela solidariedade e pela responsabilidade individual mútua, sem a interveniência do Estado.

A polêmica ocorrida entre Schulze e Lassalle ajuda a realçar alguns dos temas em

debate, nesse contexto de ascensão do capitalismo industrial e de organização do movimento trabalhista na Alemanha. O primeiro marco dessa discussão foi o livro *Capítulos de um catecismo alemão para trabalhadores*, publicado por Schulze-Delitzsch em 1863. O volume compõe-se de seis discursos que Delitzsch ministrou no intuito de “preparar” os trabalhadores de Berlim para o Congresso de Trabalhadores Alemães, a ser realizado no mesmo ano. O próprio nome indica que se trata de uma tentativa de “educar” os trabalhadores alemães, de acordo com a perspectiva de Schulze. O livro é dividido em três palestras iniciais, mais teóricas (abordando os temas: trabalho, capital e troca/concorrência) e três finais, mais voltadas para a discussão do crédito cooperativo e para o debate com Ferdinand Lassalle.⁶³

O conceito-chave utilizado por Schulze para lidar com a questão trabalhista é *Selbsthilfe*, em português “auto-ajuda”, que se refere à procura, por parte do trabalhador, com base em sua livre e espontânea iniciativa, de meios para melhorar de vida. Sua ideia de trabalho se baseava na integração entre necessidade, esforço e satisfação. É por sentir necessidades (inclusive vitais) que o ser humano se esforçaria, obtendo, assim, a satisfação, ao menos parcial, das necessidades iniciais. O processo, porém, era contínuo, pois o próprio esforço para buscar atender uma carência inicial geraria novas necessidades de consumo, de forma que a integração entre essas três dimensões era permanente, e o trabalho, algo realizado pelo ser humano de forma regular.⁶⁴ A ideia era que essa articulação entre necessidade e esforço só se poderia concretizar no nível do indivíduo. Os exemplos se referiam às necessidades “naturais”. Se uma pessoa tinha sede, só esta pessoa podia matar a sede, não haveria como alguém sanar, por ela, essa falta d’água; do mesmo modo, com o cansaço: se se estava com sono, não há como alguém dormir “pelo outro”.⁶⁵

No caso das necessidades “sociais”, ou econômicas, dos homens, havia espaço para a divisão do trabalho, que Schulze exaltava, ao modo da tradição clássica-smithiana, mas a unidade importante continua sendo o trabalho individual – a riqueza social era produto da diversidade de trabalhos distintos que cada um, em sua individualidade, podia desempenhar. No fundo, a grande crítica de Schulze era a qualquer tipo de assistência ao trabalhador promovida pelo Estado, sendo o socialismo o paroxismo dessa intervenção ou intromissão do Estado. O trabalhador deve buscar melhorar sua situação a partir da

⁶³ A edição original do livro é SCHULZE-DELITZSCH, Hermann. *Kapitel zu einem deutschen Arbeitercatechismus*. Leipzig: Keil, 1863.

⁶⁴ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 4-8.

⁶⁵ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 12-13.

reunião em associações (*Genossenschaften*), nas quais o compartilhamento de riscos e de responsabilidades poderia melhorar a situação de cada indivíduo.

Sua crítica à atuação do Estado passava pelas ideias de cerceamento da liberdade e de monopólio. Ao regular atividades e proteger alguns produtores, o Estado estaria apenas piorando a vida de todos, coletivamente. Sua visão nesse caso refletia concepções clássicas, como o ajuste automático dos preços e a máxima de que a “oferta gera sua demanda”. As políticas estatais de subvenção e de restrição de mercados teriam, segundo Schulze, efeito nulo para a coletividade. Esse tipo de intervenção “separa os homens em duas classes, em produtores e consumidores, e os confronta uns com os outros”. Conforme Schulze-Delitzsch, isso seria um erro, pois todo produtor é também consumidor e, se seu setor recebe algum tipo de incentivo estatal que favoreça seus preços e portanto sua renda, esse excedente será perdido via ajuste de preços. Ao ser transmitida às outras mercadorias, a alta de preços acabaria por corroer o ganho inicial do produtor, pois este é também consumidor, isto é, adquire vários gêneros no mercado.⁶⁶ Nesse ponto, a crítica feita por Schmoller a Schulze algumas décadas depois de fato se aplica, pois Schulze parecia enxergar o “produtor” mais como um artesão, que não apenas depende do salário (como o empregado de fábrica), mas consegue, de alguma maneira, determinar o preço dos gêneros que vende no mercado.⁶⁷

Schulze também era cético com relação a medidas distributivistas: sua visão, de cunho utilitarista, era que não fazia sentido aproximar as rendas, ou as condições econômicas dos agentes, se essa igualdade implicasse perdas para alguns. O argumento era resumido assim: “Uma pessoa está bem e a outra, mal. A última gostaria de estar como da primeira, em situação de igualdade. Mas ajuda-se a segunda pessoa a conseguir seu objetivo ao se fazer com que a primeira também esteja em situação ruim?”.⁶⁸ Nesse sentido, uma das reivindicações gerais de Schulze é o constante aumento da riqueza da nação como um todo, da “massa de bens” produzidos. Esse aumento geral da produção seria, por sua vez, causado pela elevação da capacidade de desempenho de cada indivíduo (produtividade do trabalho) e pelo crescimento dos estoques privados de capital.⁶⁹

Na concepção de Schulze-Delitzsch, o salário era proporcional ao desempenho de cada trabalhador: para buscar melhorar seu desempenho e, portanto, sua posição salarial, o trabalhador deveria instruir-se, educar-se. Essa é uma das únicas reivindicações de

⁶⁶ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 103-105.

⁶⁷ SCHMOLLER, Gustav von. “Hermann Schulze-Delitzsch und Eduard Lasker”, in: *Zur Sozial- und Gewerbepolitik der Gegenwart*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1890.

⁶⁸ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, p. 109.

⁶⁹ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, p. 113.

Schulze ao Estado, baseada num argumento semelhante ao da indústria infante. O Estado teria o dever de educar os ainda “imaturos”: “exigimos sua entrada nesse campo, sua proteção para aqueles que, consoante o ritmo da natureza, ainda não são autônomos nem o podem ser, especialmente por meio da educação para a autonomia”. Essa melhor instrução se refletiria em maior capacidade de trabalho (ou produtividade), em melhores salários e teria o potencial de ajudar na melhoria da situação dos trabalhadores em geral.⁷⁰

A outra fonte principal de melhorias da situação trabalhista era o aumento dos capitais privados. O capital era visto como por Schulze como necessário ao trabalho: capital e trabalho eram partes complementares. Sua concepção nesse quesito era ligada à doutrina do fundo de salários, segundo a qual os salários pagos eram deduções de um fundo disponível, do qual os empregadores deduziriam os salários.⁷¹ Em última instância, os salários seriam deduções do capital acumulado ou do produto do trabalho prévio acumulado. Desse modo, seria pela via do aumento do estoque de capitais que os trabalhadores conseguiriam melhores salários. Nas palavras de Schulze:

O que necessariamente eleva o número de empresários, a demanda por trabalhadores e, assim, melhora a posição dos trabalhadores é o crescimento dos capitais e o progresso do esforço produtivo.⁷²

O contra-ataque socialdemocrata à argumentação de Schulze veio no ano seguinte, com o livro de Ferdinand Lassalle *O Sr. Bastiat-Schulze Delitzsch: o Juliano econômico ou ‘Capital e Trabalho’*.⁷³ Lassalle estudara filosofia e história na Universidade de Breslau, sua cidade natal, e depois em Berlim, onde teve contato com as ideias dos “jovens hegelianos” e dos socialistas franceses. Durante os movimentos revolucionários de 1848/49, Lassalle esteve próximo de Marx, mas as convergências políticas entre os dois pensadores socialistas não duraram muito tempo. A divergência poderia ser resumida com a ideia de gradualismo: se Marx advogava a revolução como caminho para passar do capitalismo ao socialismo, Lassalle propunha uma rota mais evolucionista ou reformista. Suas principais propostas, nesse sentido, eram o sufrágio universal e o desenvolvimento de cooperativas de trabalhadores, organizadas pelo Estado, que levariam à socialização gradual da economia. A discordância com Schulze neste ponto

⁷⁰ SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 116-117.

⁷¹ A doutrina do fundo de salários foi um importante elemento na teorização do mercado de trabalho feita pela economia política clássica britânica. Elementos dessa doutrina já estavam presentes em Adam Smith, mas sua versão mais rígida se firmaria com Malthus e McCulloch. Essa abordagem foi popularizada em debates políticos para argumentar, por exemplo, que greves seriam iniciativas fúteis, tendo em vista que o capital adicional, do qual possíveis aumentos salariais seriam deduzidos, era inexistente. Ver VINT, John. “Wages fund”, in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

⁷² SCHULZE-DELITZSCH, 1863, pp. 151-152.

⁷³ O título original é: LASSALLE, Ferdinand. *Herr Bastiat-Schulze von Delitzsch der ökonomische Julian oder: Kapital und Arbeit*. (1ª edição de 1864). Neue durchgesehene Auflage. Berlin: Vorwärts, 1912.

era clara: Lassalle confiava na ação do Estado, que deveria promover uma transição do sistema salarial para a produção autônoma dos trabalhadores.⁷⁴

No livro de 1864, muitas foram as críticas dirigidas ao catecismo de Schulze. Seu eixo central era o ataque à ideia de que o indivíduo deveria determinar a análise da economia e o tipo de política econômica e social a ser adotada. Para Lassalle, a produção capitalista tinha caráter claramente social: na sociedade moderna, não existiria o indivíduo isolado do tipo “Robinson Crusóé” que poderia, com suas próprias forças, satisfazer suas necessidades.⁷⁵ Não faria sentido, portanto, falar num trabalhador individual que “troca apenas seu excedente” no mercado: afinal o trabalho produz, nesse sistema em que a produção é diretamente social, apenas valores de troca – e não de uso. No processo de produção de um gênero – Lassalle usou o exemplo de Smith com os alfinetes – haveria várias formas de trabalho distintas envolvidas, elevando, sim, a produtividade, mas sem que, ao final do processo, cada trabalhador tivesse um produto que pudesse levar ao mercado para trocar.⁷⁶

Nesse tom geral de crítica ao individualismo de Schulze (à “obrigação de cuidar de si mesmo” ou “*Pflicht der Selbstsorge*”), Lassalle também enfatizou a diferença entre responsabilidade jurídica pelos próprios atos e responsabilidade no campo econômico. Na esfera jurídica, de fato, cada indivíduo seria responsável pelo que faz, mas mesmo nesse ponto Lassalle fez uma ressalva, baseada nas ideias de Savigny, da escola histórica de jurisprudência. Afirmou que, embora houvesse campo para a livre iniciativa, o direito em si não emanava de indivíduos “sendo cada um confiado a si mesmo”, mas sim da coletividade do *Volksgeist*. No campo da economia, igualar responsabilidade jurídica e “autonomia econômica”, como fizera Schulze ao propor suas cooperativas baseadas na solidariedade entre indivíduos autônomos, seria ainda mais absurdo, pois o indivíduo seria, na esfera econômica, “responsável pelo que não faz”.⁷⁷ Lassalle argumentava que o trabalhador dependia de colheitas, por exemplo, e de fluxos e preços sobre os quais não tinha nenhum controle: “A ação individual, que no âmbito jurídico é produto da livre iniciativa, encontra sua especificidade, no campo econômico, somente através das inter-relações sociais”.⁷⁸

Lassalle defendia, assim, cooperativas que não deveriam ser baseadas na livre

⁷⁴ Para um panorama geral e resumido das ideias econômicas de Lassalle, ver BOTTOMORE, Tom. “Lassalle, Ferdinand (1825–1864)”, in: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, 2008.

⁷⁵ LASSALLE, 1864 [1912], p. 31.

⁷⁶ LASSALLE, 1864 [1912], pp. 73-76.

⁷⁷ LASSALLE, 1864 [1912], pp. 34-37.

⁷⁸ LASSALLE, 1864 [1912], p. 40.

iniciativa dos indivíduos autônomos, mas, sim, organizadas pelo Estado, sob o “controle do povo trabalhador”. Essa proposta seria incluída no Programa de Gotha (1875), elaborado sob influência das teses de Lassalle, pelo movimento socialdemocrata alemão. A proposta era que as sociedades cooperativas de produtores deveriam ser organizadas tanto na indústria quanto na agricultura, com ajuda do Estado, em ampla escala, de modo a permitir que a produção socialista emergisse dessas associações. Marx formularia duras críticas a essa proposta, enfatizando que a organização socialista do trabalho jamais poderia ser promovida “com a ajuda do Estado”, devendo ser construída por meio do processo revolucionário mais geral, de transformação da sociedade.⁷⁹

Lassalle fez também observações sobre a questão salarial, baseadas na ideia da “lei de ferro dos salários”, teoria que colidia com a doutrina do fundo de salários, secundada por Schulze. Segundo essa perspectiva, numa conjuntura geral positiva, uma eventual alta dos salários tenderia a elevar a demanda por trabalho por parte dos operários, sobretudo devido ao aumento das famílias proletárias, o que anularia o ganho de renda inicial e poderia, inclusive, levar a salários mais baixos, num cenário posterior de baixa cíclica, com população expandida. Os salários da economia capitalista tenderiam, então, a manter-se sempre no nível de subsistência, se não houvesse nenhuma medida estatal a contrarrestar essa tendência.⁸⁰ A principal medida nessa direção seria, para Lassalle, a formação de associações produtivas de trabalhadores, com apoio estatal. Para garantir o respaldo público para suas pretensões, os trabalhadores teriam, portanto, de influenciar os rumos do Estado. Era esse um dos principais argumentos mobilizados por Lassalle na defesa do sufrágio universal. Embora o horizonte de ação política dos socialistas de Estado fosse distinto, o “fundador” do movimento, Karl Rodbertus, adotaria abordagem semelhante sobre os salários, manifestando pronunciado ceticismo quanto à possibilidade de estes se elevarem simplesmente como consequência do desenvolvimento capitalista em si.

Os debates, no âmbito do movimento socialista alemão, continuaram ao longo das décadas seguintes. Um marco importante do distanciamento de Marx com relação à socialdemocracia e às ideias lassalianas foi sua *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875, direcionada ao programa elaborado por ocasião da fusão de partidos que deu origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (SAPD, na sigla em alemão), neste mesmo ano. Em 1891, o partido, já rebatizado com seu nome atual de Partido

⁷⁹ As propostas do Programa de Gotha e suas respectivas contestações encontram-se em: MARX, Karl. “Kritik des Gothaer Programms” (1875), in: MARX, Karl und ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz, 1962, pp. 26-27.

⁸⁰ LASSALLE, 1864 [1912], pp. 44-45.

Socialdemocrata da Alemanha (SPD), adotaria proposições teóricas de cunho mais radical e marxista, sob a liderança intelectual de Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Esse movimento de radicalização socialista, ocorrido logo após a suspensão da “lei dos socialistas” de Bismarck, que colocara o partido na ilegalidade entre 1878 e 1890, expressou-se no Programa de Erfurt, de 1891. Embora adotasse balizas teóricas que se distanciavam bastante do reformismo lassalliano, o texto de Erfurt continha propostas para a ação política prática que se coadunavam com o ideário de Lassalle, como sufrágio universal, jornada de trabalho de oito horas e proteção ao trabalhador. Deve-se entender o socialismo de Estado nesse contexto de vivas discussões sobre os rumos da classe trabalhadora alemã, em que se defrontaram visões de mundo de cuja variedade o debate Schulze-Lassalle foi apenas um exemplo.

A delimitação do movimento intelectual conhecido como “socialismo de Estado” pela historiografia não é das mais seguras. Há, de um lado, motivos para que se entenda esse fenômeno como parte integrante da linhagem historicista de pensamento econômico, lançando dúvidas sobre a necessidade dessa categoria adicional do “socialismo de Estado”. Essas razões se relacionam com a diversidade dos seguidores da linha historicista e com o fato de que alguns representantes dessa proposta foram chamados de “socialistas” ou, mais precisamente, de “socialistas de cátedra” – *Kathedersozialisten*. Essa denominação, de forte conotação pejorativa, foi utilizada pelo pensador liberal Heinrich Bernhard Oppenheim para enfatizar a necessidade de se defender o pensamento liberal com origem na economia política clássica inglesa contra a “fundamentação ética” proposta por alguns economistas de língua alemã. Ademais, pensadores historicistas e socialistas de Estado estiveram juntos na fundação do *Verein für Sozialpolitik* compuseram, juntos, a maioria dos membros dessa associação.⁸¹

Existem outros motivos, todavia, que favorecem uma delimitação específica do socialismo de Estado. Um deles é que esses pensadores sociais não necessariamente se utilizavam do método histórico de pesquisa. Além disso, atribuíam ao Estado um protagonismo econômico que economistas historicistas, sobretudo da primeira geração, não necessariamente advogavam. Waldemar Koch corrobora essa ideia de uma diferenciação entre *Staatssozialismus* e outras linhagens. Em sua definição, trata-se de uma corrente no campo da política social, no século XIX e início do século XX, que

⁸¹ Para uma discussão do significado dos termos “socialismo de cátedra” e “socialismo de Estado”, ver: SCHULZ, 2013, p. 128. Para abordagens que tratam o socialismo de Estado como parte do movimento historicista ver: ASCHER, Abraham. “Professors as propagandists: The politics of the Kathedersozialisten”, in: *Journal of Central European Affairs*, 23, n. 3, 1963, pp. 282-302; e também: RIHA, 1985, pp. 80-85; RIETER, 2002, pp. 148-152.

pretendia resolver os problemas sociais com medidas especificamente socialistas, tais como a estatização e a comunalização, desejando, porém, que essas soluções se dessem no âmbito do Estado vigente, em sua forma de monarquia constitucional. Para Koch, os principais representantes dessa linhagem seriam Karl Rodbertus e Adolph Wagner.⁸²

Martin Heilmann também confere ao socialismo de Estado o caráter de linhagem específica de pensamento econômico e social: estudioso da obra de Adolph Wagner, Heilmann recusa os debates em torno do significado mais geral do socialismo de Estado, postulando a necessidade de revelar os conteúdos concretos designados com o conceito. E procede a uma descrição das definições dadas por Wagner para a corrente socialista de Estado, com a qual se identificava. A conceituação mais sintética dada por Wagner, em seu livro-texto de 1892, era de que o *Staatssozialismus* cumpria um papel de intermediação, na teoria e na prática da economia, entre o individualismo e o socialismo. Do ponto de vista dos princípios, a doutrina e a política econômica estatal-socialistas estavam mais próximas do socialismo, pois consideravam desejáveis e realizáveis as demandas socialistas relacionadas ao reordenamento da propriedade, porém reconheciam a justeza e necessidade de uma medida de individualismo, salutar para os interesses da comunidade.⁸³ Heilmann identifica um elemento “idealista e ficcional” nessa conceituação, por pressupor um nível de decisão estatal, acima dos antagonismos sociais, capaz de definir a dosimetria “correta” entre o individual e o comum.⁸⁴

Mais interessado na história das ideias relativas à economia do setor público, Jan-Pieter Schulz destaca, por exemplo, a especificidade da ciência das finanças públicas (*Finanzwissenschaft*) sustentada pelos socialistas de Estado, que questionava a ordem social vigente de forma enfática, propondo medidas redistributivas e uma ampliação geral, em escopo e extensão, das atividades do setor público. No geral, Schulz aceita a definição dada por Wagner de que o socialismo de Estado seria uma espécie de “elo” entre individualismo e socialismo, sugerindo, entretanto, que os ataques à ordem liberal não devem obscurecer a distância desses socialistas com relação ao socialismo “científico” de Marx e à prática política da socialdemocracia alemã. Se defendiam o fim do direito de herança, a tributação progressiva e a abolição da renda fundiária urbana, por exemplo, recusavam experimentos políticos e ideias utópicas ou revolucionárias. De

⁸² Ver: KOCH, Waldemar. “Staatssozialismus”, in: *Handwörterbuch der Wirtschaftswissenschaften*. Zugleich Neuauflage des Handwörterbuchs der Sozialwissenschaften. Band 3, 1977, pp. 212-234.

⁸³ WAGNER, Adolph. *Grundlegung der politischen Ökonomie*. 3. wesentlich um- teilweise ganz neu bearbeitete und stark erweiterte Auflage. Leipzig: Winter, 1892, p. 58.

⁸⁴ Ver: HEILMANN, Martin. *Adolph Wagner – ein deutscher Nationalökonom im Urteil der Zeit*. Probleme seiner theoriegeschichtlichen Würdigung im Lichte neuer Quellen. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1980, pp. 22-23.

forma mais atenuada, as concepções do socialismo de Estado poderiam ser, para Schulz, associadas a uma orientação da economia por princípios morais. Nessa perspectiva, outros autores poderiam ser incluídos nessa linhagem, para além de Rodbertus e Wagner, como Albert Schäffle e Gustav Cohn.⁸⁵

Esses quatro pensadores tiveram alguma disseminação no Brasil, motivo pelo qual merecem destaque nos próximos parágrafos. Essa definição mais ampla comportaria, entretanto, outros intelectuais ligados às finanças públicas e às reflexões sobre política social, como: Wilhelm Volcke (1820-1906); Heinrich Herkner (1863-1932) e Gerhardt von Schulze-Gävernitz (1864-1943). Um economista como Schmoller, por exemplo, também poderia ser visto, em alguma medida, como socialista de Estado, mas seus escritos históricos, seu papel institucional e sua participação na controvérsia dos métodos fazem-no, precipuamente, um representante do historicismo. Nesse sentido, não é demais lembrar que esses esquemas de arrumação de pensadores devem ser vistos com ceticismo, entendidos como recursos explicativos que facilitam a compreensão do movimento das ideias econômicas no tempo, e não como delimitações rígidas. Pela difusão relativamente ampla da obra de Adolph Wagner no Brasil, sua trajetória intelectual é tema de uma seção especial no próximo capítulo.

Johann Karl Rodbertus (1805-1875), o mais velho deste grupo, tem sido considerado o fundador dessa linhagem estatal-socialista, conhecido por suas posições progressistas do ponto de vista da política social, à primeira vista incompatíveis com sua deferência ao Estado monárquico prussiano. Suas principais contribuições no campo da economia foram relacionadas à teoria da renda fundiária, ao tema da pobreza e à teoria das crises.⁸⁶ Rodbertus nasceu em Greifswald, na Pomerânia Sueca, onde seu pai era professor de direito romano e Conselheiro de Justiça. Convém lembrar que esta parte do atual norte da Alemanha esteve sob o domínio feudal do rei da Suécia, do fim da Guerra dos Trinta Anos (1648) ao período napoleônico. Seu avô, Johann August Schlettwein (1731-1802), considerado o principal receptor da fisiocracia na Alemanha, foi professor de estatística e ciências cameralísticas na Universidade de Gießen, entre 1777 e 1785. Rodbertus estudou direito em Göttingen (1823-1825) e em Berlim (1825-1826).⁸⁷

Após alguns anos trabalhando no serviço público prussiano, Rodbertus dedicou-se, a partir de 1832, em Heidelberg e Dresden, a estudos no campo da economia, tendo

⁸⁵ SCHULZ, 2013, p. 131.

⁸⁶ Sobre Rodbertus, ver BRUZZI CURI, 2015, pp. 224-234; e BRUZZI CURI e LIMA, 2015, pp. 484-489. Parte dessa recapitulação a respeito da vida e obra de Rodbertus baseia-se nesses trabalhos anteriores.

⁸⁷ WENDT, Siegfried. "Rodbertus, Karl", in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956, p. 21.

complementado seu aprendizado com viagens à Suíça, França e Holanda. Nesses anos, tomou contato com os problemas que o ocupariam ao longo da vida, relacionados às tensões sociais associadas ao desenvolvimento econômico capitalista. Em 1835, adquiriu a propriedade rural “Jagetzow” nas proximidades de sua cidade natal, motivo pelo qual ficou conhecido pelo sobrenome Rodbertus-Jagetzow. Entre envolvimento pontuais com a política e reflexões acadêmicas, Rodbertus permaneceu o restante de sua vida como produtor rural, obtendo relativo êxito na atividade.

Foram duas as incursões de Rodbertus na vida política alemã. A primeira se deu no bojo das Revoluções de 1848/49 na Confederação Germânica, quando, na qualidade de líder do “centro de esquerda” no âmbito do Parlamento de Frankfurt, foi ministro da educação e cultura (*Kultusminister*) do gabinete Auerswald-Hanseemann, mas desligou-se do cargo após 14 dias, em decorrência de discordâncias a respeito da questão da unificação alemã. Segundo Carl Dietzel, em sua biografia de Rodbertus, o motivo para a demissão teriam sido as condições impostas pelo governo prussiano para aceitar a nomeação do arquiduque Johann de Habsburgo-Lorena (Áustria) como chefe (*Reichsverweser*) da autoridade central, eleita pelo parlamento. Na prática, as condições minavam a autoridade da assembleia reunida em Frankfurt e impossibilitavam a unidade “alemã ampla” (com inclusão da Áustria), que se estava buscando articular naquele momento.⁸⁸ A segunda incursão política de Rodbertus, na esteira da fundação do Império Alemão nos anos 1870, foi ainda mais indireta, limitando-se a conversações em torno da fundação de um partido com o lema “monarquista, nacional, social” e da possibilidade de assumir um mandato pelo Partido Social-Democrata (SPD), muito embora Rodbertus apoiasse com entusiasmo o desempenho de Bismarck como estadista.

Do ponto de vista da produção intelectual, Wendt propõe uma divisão da obra de Rodbertus em três grupos principais: trabalhos de crítica social, sobre a situação dos trabalhadores na economia capitalista; pesquisas de história econômica, nas quais procurou embasar historicamente suas reflexões teóricas; e estudos sobre política agrícola.⁸⁹ Rodbertus tornou-se conhecido como fundador da corrente do *Staatssozialismus* sobretudo por seus escritos do primeiro grupo, que teriam inaugurado, nas palavras de Dietzel, uma “nova fase” da história das ideias sociais na Alemanha. Seria um pensamento socialista menos dependente do “fourierismo” e menos influenciado pelo radicalismo político, tendo, portanto, alguma originalidade analítica e metodológica.⁹⁰ No

⁸⁸ DIETZEL, H. *Rodbertus: Darstellung seines Lebens*. Jena: Fischer, 1886, p. 37.

⁸⁹ WENDT, 1956, p. 22.

⁹⁰ DIETZEL, 1886, p. 2.

Brasil, circularam esses escritos mais econômicos – e Rodbertus foi referido por Roberto Simonsen como “economista socialista”, ao lado de Wagner, e não como pensador de questões agrícolas. Enfatiza-se aqui, por isso, essa produção de crítica social, voltada para a compreensão dos desequilíbrios do sistema econômico capitalista.

Schumpeter vê em Rodbertus um ricardiano, do ponto de vista da teoria do valor, mas destaca que proposições “modernas” puderam surgir a partir de um diagnóstico teórico pouco original. A ideia de que o trabalho é privado de “seu” produto devido a certos padrões institucionais do sistema capitalista levaria à proposta de se alterar esses padrões, por meio, por exemplo, da tributação. Foi uma das poucas propostas, surgidas no mundo predominantemente liberal da época, de se utilizar a tributação para uma finalidade redistributiva, diferente do provimento de receitas para o Estado. No geral, entretanto, Schumpeter é bastante crítico das elaborações teóricas de Rodbertus, sobretudo as relativas ao salário e às crises de subconsumo, e apoia Engels na recusa à ideia, difundida por alguns autores socialistas, de que suas ideias teriam sido “tomadas de empréstimo” por Marx. No máximo, Marx poderia ter aprendido com Rodbertus como evitar os erros mais crassos, ao lidar com a teoria ricardiana.⁹¹

Ainda assim, Schumpeter lista três obras de Rodbertus, consideradas as mais importantes. *Zur Erklärung unserer staatswirtschaftlicher Zustände (Explicação das nossas circunstâncias econômico-estatais, 1842)*, *Sociale Briefe an von Kirchmann (Cartas sociais a von Kirchmann, 1850-51, traduzido para o inglês em 1898 sob o título Overproduction and crises)* e *Zur Erklärung und Abhülfe der heutigen Creditnoth des Grundbesitzes (Para explicação e solução do atual problema de crédito da propriedade fundiária, 1868-69)*. Desse conjunto de escritos, as cartas a Kirchmann são especialmente relevantes para a questão da disseminação internacional, pois circularam no Brasil no início do século XX, mas em tradução diferente da inglesa, mencionada por Schumpeter. Em 1899, Adolph Wagner e Teophil Kozak publicaram, em Berlim, uma edição separada da quarta carta a Kirchmann, com o título *Das Kapital*. Essa edição, por sua vez, foi traduzida para o francês e republicada em 1904 pela editora parisiense Giard & Brière, no âmbito de seu catálogo de economia política. Tal tradução chegou ao Brasil, como atesta sua presença numa biblioteca especializada, como a da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.⁹²

⁹¹ SCHUMPETER, 1954, pp. 506-507 e, sobre essa possível influência de Rodbertus nas formulações marxianas, ver: COLE, Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, pp. 31-32.

⁹² A versão original alemã deste texto é RODBERTUS, Karl. “Das Kapital. Vierter sozialer Brief an von Kirchmann”(1854), in: RODBERTUS, Karl. *Gesammelte Werke und Briefe*. Abteilung I, Band 2. Osnabrück: Otto

A teoria das crises elaborada por Rodbertus em sua discussão com Kirchmann é um ponto central desta obra. Rodbertus atribuía a Kirchmann a ideia de que crises de superprodução – baixa do consumo, paralela à acumulação de estoques – seriam consequência da avaria dos empregadores, que, ao pagarem salários muito baixos, não dividiam os “retornos do capital” de forma equânime. Essa ideia foi, então, contestada por Rodbertus, que explicava essas crises por meio de uma tendência disruptiva da economia de livre mercado. As crises comerciais (*Handelskrisen*) não seriam “culpa” de uma classe social, mas um problema intrínseco à uma “circulação econômica” deixada à sua própria sorte: “a produtividade pode crescer a qualquer taxa, ao passo que a participação do salário no produto geral tende a decrescer”.⁹³ Isso tornaria as massas de trabalhadores incapazes de consumir o produto de seu próprio trabalho, levando a uma situação de superprodução e subconsumo, seguida da acumulação de estoques invendáveis.

Nas condições atuais, isto é, dada a expansão do princípio da livre circulação para a determinação dos salários e dado que a produtividade está crescendo, é estável a participação do salário na renda?⁹⁴

O fato de a participação salarial não acompanhar o crescimento da produtividade era imputado por Rodbertus à extensão do princípio do livre mercado à negociação salarial. Em outras palavras, num mercado de trabalho desregulado, os capitalistas tenderiam a pagar o salário mais baixo possível. A solução para esse problema incluiria medidas positivas a serem tomadas pelo Estado, tendo como horizonte, no limite, a abolição da propriedade privada do solo e do capital. Esse objetivo, entretanto, só seria alcançado no longo prazo. O Estado deveria, como política mais imediata, influenciar diretamente os salários pagos, aferindo a exata participação de cada tipo de trabalho no produto final e determinando a remuneração correspondente.⁹⁵

A obra de Rodbertus foi reavivada nas últimas décadas do século XIX devido ao entusiasmo de Adolph Wagner, que via em Rodbertus um antecessor importante. De fato, em 1878, três anos depois da morte de Rodbertus, Wagner publicou um artigo em que atribuiu à obra de Rodbertus papel importante no desenvolvimento das ideias econômicas na Alemanha, situando-o não só ao lado, mas “acima” de Lassalle, Marx e Engels. Ademais, em seu principal livro-texto, Wagner citou Rodbertus diversas vezes, fazendo-

Zeller, 1971. Esta edição das obras completas de Rodbertus contém um fac-símile da reimpressão de 1899 da “quarta carta”. Para a tradução francesa, ver RODBERTUS, Karl. *Le capital*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1904.

⁹³ RODBERTUS, 1854 [1971], p. 63.

⁹⁴ RODBERTUS, 1854 [1971], p. 58.

⁹⁵ WENDT, 1956, pp. 22-23.

lhe várias referências favoráveis, ao tratar de temas centrais para sua economia política, como a ideia de “economia nacional” (*Volkswirtschaft*). Wagner teve, no Brasil e em outros contextos externos à Alemanha, como os Estados Unidos, difusão bastante ampla, motivo pelo qual sua obra será tratada em separado, em seção do capítulo seguinte.

O próximo personagem ligado ao socialismo de Estado, Albert Schäffle (1831-1903), enseja uma viagem norte-sul: da Pomerânia de Rodbertus para o reino de Württemberg, no Sudoeste da Alemanha, mais urbano e economicamente pujante nesses meados do século XIX. Schäffle nasceu na cidade de Nürtingen, nas proximidades da capital de Württemberg, Stuttgart. Iniciou seus estudos no campo da teologia na cidade universitária de Tübingen, desligando-se do instituto no verão de 1849 por apoiar o levante ocorrido no reino vizinho de Baden, no contexto dos movimentos revolucionários de 1848-49. Segundo Fritz K. Mann, a vida de Albert Schäffle poderia ser dividida em duas metades: na primeira, Schäffle galgou, rapidamente, posições elevadas. Autodidata em economia e direito público, prestou o exame para a carreira administrativa pública em 1855 e doutorou-se no ano seguinte. Entre 1860 e 1868, lecionou, como professor ordinário, economia, ciência de polícia (*Polizeiwissenschaft*) e ciências do Estado na Universidade de Tübingen. Em paralelo, manteve constante atividade jornalística. Após uma primeira recusa em 1863, aceitou, em 1868, a oferta da Universidade de Viena, onde atuou nos círculos governamentais austríacos, chegando a ministro do comércio e agricultura do gabinete Hohenwart, entre 1871 e 1872.

Sua vida pública encerrou-se com a queda deste governo e, a partir daí, teria início a “segunda metade” da trajetória biográfica de Schäffle, mais marcada pela distância da vida acadêmica, motivada, entre outros, por discordâncias com o historicismo vigente. Ainda assim, manifestou sua opinião sobre diversos assuntos conjunturais, beneficiando-se de sua posição de editor da *Revista para as ciências gerais do Estado* (*Zeitschrift für die gesamten Staatswissenschaften*), editada em Tübingen. Seu livro *A quintessência do socialismo* (1875) atingiu relativa popularidade e chegou a ser proibido pelo governo prussiano. Não obteve sucesso ao pleitear, por meio de Bismarck, um posto influente na administração pública, confirmando-se sua distância dos assuntos políticos. Até sua morte, em 1903, em Stuttgart, atuou por conta própria como intelectual e professor nesta cidade.⁹⁶

Schäffle foi um escritor prolífico, tendo escrito alentados volumes, sobre uma

⁹⁶ Para informações biográficas sobre Schäffle, ver: MANN, Fritz-Karl. “Schäffle, Albert” in: BECKERATH, Erwin (Hrsg.). *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Band 9. Stuttgart: Fisher, 1956, p. 103; KAESLER, Dirk. “Schäffle, Albert”, in: *Neue Deutsche Biographie*, 22, 2005.

diversidade de assuntos. Sua maior influência, de acordo com a historiografia produzida até os anos 1950, teria sido nos campos da teoria social e das finanças públicas. As referências feitas por Rui Barbosa a Schäffle nos anos 1890 inserem-se no âmbito de uma discussão de política fiscal e, portanto, podem ser vistas como parte da apropriação da tradição estatal-socialista da *Finanzwissenschaft* alemã da segunda metade do Oitocentos. Nesse sentido, une esses autores – Rodbertus, Wagner e Schäffle – a ideia de que as finanças do Estado não podiam ser isoladas dos problemas econômicos e estatais mais gerais.

Schäffle, em especial, enfatizava o caráter político das finanças públicas. Esse momento político se expressaria na própria elaboração do orçamento: o principal desafio científico seria, nesse sentido, arquitetar formas de financiamento para os gastos decorrentes de decisões estatais. Do ponto de vista da organização geral da matéria proposta por Schäffle, no âmbito mais geral da “economia estatal” (*Staatwirtschaft*), haveria o subcampo da “economia das finanças” (*Finanzwirtschaft*), à qual caberia a determinação das necessidades materiais do Estado, postas por governo e parlamento. Nesse sentido, a ênfase da ciência das finanças públicas para Schäffle recaía sobre o lado da arrecadação, mais do que sobre os gastos, marcando uma diferença com relação à concepção de Adolph Wagner, por exemplo, que sublinhava a expansão dos gastos estatais como eixo de uma teoria das finanças públicas.⁹⁷

Para Schäffle, ao investigar a ação estatal seria necessário levar em conta várias determinações concorrentes: econômicas, políticas e financeiras, relativas ao erário. Por meio do orçamento público, o Estado estaria numa interação íntima com o “processo de alimentação do corpo social”.⁹⁸ Nesse raciocínio biológico, o Estado era visto como organismo de poder a serviço do direito, não lhe sendo bastante definir uma esfera individual e protegê-la. Seria necessário, para além de garantir segurança interna e externa, perseguir objetivos éticos de bem-estar social: para isso, o Estado deveria definir-se como esfera específica, distinta dos outros setores da economia. Schäffle foi, ainda, um dos primeiros pensadores alemães a relacionar essa concepção de Estado com a ideia de autarquia, que seria mobilizada em diversas ocasiões entre o final do século XIX e os anos 1930 para embasar políticas econômicas protecionistas e nacionalistas. Schäffle referia-se ao povo (*Volk*), por exemplo, como uma “comunidade viva autárquica, isto é, autossuficiente, de massas humanas coerentes interna e externamente”. A forma mais

⁹⁷ SCHULZ, 2013, pp. 141-142.

⁹⁸ SCHÄFFLE, Albert. *Die Grundsätze der Steuerpolitik und die schwebenden Finanzfragen Deutschlands und Österreichs*. Tübingen: Laupp, 1880, p. 11.

sofisticada dessa comunidade seria o Estado-nação europeu em sua forma moderna.⁹⁹

Embora a teoria do valor e do crescimento não seja o aspecto mais relevante da apropriação de Schäffle no Brasil, convém mencionar os questionamentos à ideia de que sua importância se teria restringido a alguns escritos políticos e ao campo da sociologia do Estado.¹⁰⁰ Knut Borchardt chama a atenção, em estudo dos anos 1960, para aspectos inovadores da teoria da concorrência monopolística formulada por Schäffle no livro *Teoria econômica das relações de oferta exclusiva (Die nationalökonomische Theorie der abschliessenden Absatzverhältnisse, 1867)*. Distanciando-se de interpretações estáticas ligadas à justiça na remuneração de fatores, Schäffle concebia a renda de monopólio como “prêmio pelo progresso”, colocando-a no centro do mecanismo de desenvolvimento econômico.¹⁰¹ O progresso econômico tomaria seu rumo, portanto, a partir do estímulo a inovar fornecido pela renda monopolística e se estenderia para o conjunto da sociedade por meio do incentivo a copiar, à medida que a renda do pioneiro fosse “democratizada”. Nas palavras de Schäffle, a renda (monopolística) seria “um pequeno preço que a sociedade paga por um maior benefício comum”.¹⁰²

Os paralelos dessas formulações com a teoria do desenvolvimento econômico formulada décadas depois por Joseph Schumpeter são claros e, nesse sentido, é de se notar que Schumpeter tenha sido um dos autores que contribuíram para a consolidação da ideia de que Schäffle foi pouco relevante do ponto de vista da teoria econômica.¹⁰³ Hagemann retoma essa discussão em 2008 e aponta para outros elementos da economia política de Schäffle, relacionados com essa ideia de inovação, que têm relevância ainda hoje: um exemplo é a questão do grau “ótimo” de proteção às patentes.¹⁰⁴ Mais do que buscar eventuais razões por trás desse “ocultamento” da influência de Albert Schäffle em Schumpeter, interessa aqui enfatizar que as ideias “teóricas” de Schäffle sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico, das quais Schumpeter decerto tomou conhecimento, não eram tratadas de maneira isolada ou autônoma. Essas ideias não constituíam “a teoria”,

⁹⁹ SCHÄFFLE, Albert. *Bau und Leben des sozialen Körpers*. 2. Aufl. 2. Band (“Spezielle Sociologie”). Tübingen: Laupp, 1896, pp. 593-594.

¹⁰⁰ As biografias aqui citadas, de KAESLER, 2005, e de MANN, 1956, corroboram esta opinião.

¹⁰¹ Para um panorama geral das contribuições “econômicas” de Schäffle, ver: BORCHARDT, Knut. “Albert Schäffle als Wirtschaftstheoretiker”, in: *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Bd. 117, Hef 1, 1961, p. 611 e pp. 624-625.

¹⁰² SCHÄFFLE, Albert. *Die nationalökonomische Theorie der ausschliessenden Absatzverhältnisse, insbesondere des literarisch-artistischen Urheberrechtes, des Patent-, Muster- und Firmenschutzes nebst Beiträgen zur Grundrentenlehre*. Tübingen: Laupp, 1867, p. 29; ver também p. 22, pp. 42-47 e p. 268.

¹⁰³ As observações de Schumpeter em *História da análise econômica* são vagas e apontam para a irrelevância de Schäffle para a “análise econômica”. Ver SCHUMPETER, 1954, p. 850.

¹⁰⁴ HAGEMANN, Harald. “Schumpeters Konjunktur- und Wachstumstheorie”, in NECK, Reinhard (Hrsg.). *Die Österreichische Schule der Nationalökonomie*. Frankfurt am Main: Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2008, p. 158.

que deveria ser “complementada” por observações acerca do Estado ou da política econômica. Tais proposições eram parte de um conjunto diversificado de contribuições ao campo amplo da ciência econômica alemã oitocentista, que incluía a área de finanças públicas e questões hoje vistas como relativas à sociologia do Estado. Mesmo o livro sobre a *Teoria das relações exclusivas de oferta* é um compêndio de recomendações práticas, em boa parte jurídicas, para a formulação de uma política de patentes e de proteção ao direito autoral.

O quarto pensador socialista de Estado assimilado no Brasil, que fecha a análise feita neste capítulo, é Gustav Cohn (1840-1919), referido por Rui Barbosa no âmbito das discussões de política fiscal pós-Proclamação da República. Cohn graduou-se em Leipzig (1866) e fez sua habilitação em Heidelberg (1869). Em seguida, lecionou na Escola Politécnica Báltica, em Riga, tendo participado, em 1872, da fundação do *Verein für Sozialpolitik*. Foi professor no Instituto Politécnico Federal de Zurique de 1875 a 1884, quando foi para Göttingen como professor ordinário. De acordo com seu biógrafo W. Braeuer, Cohn recusava a hipótese de que a utilidade individual seria o único impulso na vida econômica, posicionando-se ao lado da linhagem de Schäffle e Wagner, que pensavam a economia – e as finanças públicas em particular – em termos mais sociais. Gustav Cohn cuidou de demarcar certa distância do projeto historicista, ao afirmar, em obituário a Roscher, que o projeto da escola histórica era muito mais presente nas declarações programáticas do que nas obras produzidas de fato pelos economistas identificados com essa linhagem. Nesse sentido, Cohn se enquadrava bem na categorização de socialista de Estado.¹⁰⁵

Seu livro-texto, *Sistema da economia política (System der Nationalökonomie)*, cuja publicação iniciou-se em 1885, teve amplo alcance: os três volumes componentes desse *Sistema* – economia teórica, política econômica e ciência das finanças públicas – vieram a integrar o acervo da Faculdade de Direito de Porto Alegre, no início do século XX, como será examinado no capítulo 8. Ademais, o volume do *Sistema* relativo à *Finanzwissenschaft* foi traduzido para o inglês, pelo institucionalista norte-americano Thornstein Veblen. Em estudo aprofundado dessa tradução, Charles Camic aponta para o papel formativo que a tradução texto de Cohn teve na economia política Veblen, ajudando a moldar, por exemplo, sua proposta de uma reforma da ciência econômica que perseguisse uma via intermediária entre historicismo e raciocínio abstrato.¹⁰⁶ As apropriações norte-americana e brasileira apontam para uma centralidade das finanças

¹⁰⁵ COHN, Gustav. “Obituary. William Roscher”, in: *Economic Journal*, vol. 4, No. 15, 1894, p. 559.

¹⁰⁶ Ver, sobre a tradução de Veblen: CAMIC, 2010, pp. 698-706.

públicas na obra de Cohn. Jan-Pieter Schulz, contudo, vê a maior relevância e originalidade de Cohn em seus trabalhos sobre a economia dos transportes. Exemplo nesse sentido seriam os dois volumes sobre a política ferroviária inglesa (1874 e 1875) publicados como resultado de pesquisa realizada por Cohn na Grã-Bretanha.

À guisa de conclusão para este capítulo, convém enfatizar que houve diversos pontos de contato entre a escola histórica alemã, em suas duas gerações, e o socialismo de Estado. No entanto, houve também distanciamento e certas especificidades. Grosso modo, é possível afirmar que o historicismo enfatizou mais o método, por mais que o resultado tenha sido não tanto a produção de uma ciência econômica lastreada na história, mas uma relativização da própria teoria econômica, uma tomada de consciência de sua historicidade. Os socialistas de Estado não se preocupavam tanto com a defesa e aplicação desse método, produzindo elementos de “uma sociologia econômica do Estado”, sobretudo por meio de um enfoque social-reformista sobre as finanças públicas. Os discursos econômicos produzidos por essas duas linhagens nem sempre negaram a tradição da economia política clássica inglesa, nem mesmo o liberalismo. O nacionalismo de um Hildebrand e de um Knies era liberal, contrário à ideologia conservadora ligada à nobreza particularista.

Um denominador comum a esses sujeitos que pensaram o econômico na Alemanha oitocentista, cujas ideias foram, parcial e seletivamente, apropriadas no Brasil, parece ser a ideia de que “a teoria econômica” é parte de um discurso mais amplo e mais maleável. Era um campo de conhecimento menos específico, que englobava outros temas, para além da teorização sobre temas como valor, distribuição e consumo. Na primeira linhagem abordada, o discurso produzido alojava-se próximo da história; no caso da segunda, posicionava-se lado a lado a um conjunto de proposições sobre o Estado e a economia do setor público. A existência dessa especificidade decerto está ligada às origens intelectuais e pedagógicas cameralistas do discurso econômico produzido na Alemanha oitocentista, mais especificamente à importância dada, no âmbito amplo da economia, ao campo da administração pública e da política econômica, ambos de alguma forma herdeiros da velha ciência da polícia (*Polizeiwissenschaft*). Para terminar, algumas palavras, sobre esse estado de coisas escritas em 1841 por Friedrich List, personagem central na difusão Alemanha-Brasil, cuja trajetória será abordada no próximo capítulo:

Os alemães, aqui diferentes de todas as nações, tratam as matérias da economia política em duas disciplinas separadamente. Sob a denominação de economia nacional, economia política, economia do Estado, ensinam a teoria do sistema cosmopolita de acordo com Smith e Say. No âmbito da ciência da polícia,

investigam em que medida a autoridade estatal tem por vocação atuar sobre a produção, distribuição e consumo de bens materiais.¹⁰⁷

¹⁰⁷ LIST, Friedrich. *Das Nationale System der politischen Ökonomie*. (1ª edição de 1841). Basel/Tübingen: Kyklos/Mohr, 1959. Edição baseada no exemplar de List da reimpressão da obra, feita em 1844.